



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 128

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 128****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	03
Ofícios .....	04
Requerimentos .....	05

**Grande Expediente:****Homenagem:**

Comunidade Invernada Paiol de Telha .....	05
--	----

**Proponente:**

Dep. Tadeu Veneri .....	05
Realização da Homenagem.....	06

**Orador:**

Sr. Domingos G. Guimarães - Repres. da Comunidade. ....	06
--	----

**Pequeno Expediente:****Convidados:**

Dr. Fuad Faraj - Promotor de Justiça de Ponta Grossa.....	07
Dr. Cláudio Xavier - Secretário de Estado da Saúde .....	11

**Interpeladores:**

Dep. Natálio Stica .....	14
Dep. Nereu Moura.....	14
Dep. Rafael Greca .....	16
Dep. Plauto Miró Guimarães ....	18
Dep. José Domingos Scarpellini	20
Dep. Tadeu Veneri .....	23
Dep. Jocelito Canto .....	25
Dep. Ângelo Vanhoni .....	27
Dep. Elza Correia .....	28
Dep. Delegado Bradock .....	29
Dep. Marcos Isfer.....	30
Dep. Barbosa Neto .....	30
Dep. Durval Amaral .....	32
Dep. Valdir Rossoni .....	35
Dep. Cleiton Kielse .....	36

<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>37</b>
-------------------------------------	-----------

**121ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
21 DE NOVEMBRO DE 2005**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Nelson Garcia.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin e Padre Paulo Campos (04); e em viagem representativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

**Abertura da Sessão:****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 060/2005

Curitiba, 09 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre a parcela da subvenção da tarifa da energia elétrica fornecida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda.

A Lei Federal nº 10.438/2002, o Decreto nº 4.336/2002 e as Resoluções Aneel nºs 286/2002 e 485/2002, padronizaram os critérios de enquadramento dos consumidores que gozam de benefícios tarifários concedidos àqueles enquadrados na subclasse residencial denominada baixa renda.

A aplicação desses critérios resultou em considerável redução de receita às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, implicando em desequilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão.

Visando restabelecer o equilíbrio desses contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica, foram editados a Lei nº 10.604/2002 e o Decreto nº 4.538/2002, que passaram a estabelecer a metodologia de apuração do valor a ser subvencionado pelo Poder Concedente.

Com as Resoluções nºs 41 e 116, ambas de 2003, a Aneel, definiu o processo de quantificação dos valores a serem recebidos pelas concessionárias para a recomposição da equação econômico-financeira dos contratos de concessão.

A citada legislação determinou o repasse às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, pela Eletrobras, dos recursos advindos da Reserva Geral de Reversão - RGR, em montante correspondente às perdas de receitas, subvencionando o consumidor brasileiro que passou a ter benefício tarifário. Este fato foi comunicado pelas concessionárias a todos os consumidores, conforme exigência da Resolução Anel nº 485/2002.

A manutenção da exigência do imposto repercutirá negativamente à concessionária paranaense, pois esta não tem como repassar ao consumidor o tributo exigido e, caso ocorra este repasse, representará significativo aumento de valor da energia elétrica fornecida.

Lamentavelmente preliminares efetuados pela Copel Distribuidora S/A apontam para um universo de

cerca de 450 mil famílias a serem diretamente afetadas por um aumento, da ordem de 11,66% a 60,29%, recaindo a incidência maior justamente nas classes com menor consumo.

Tal situação se apresenta contrária à política social desenvolvida por este Estado, razão pela qual a presente proposição merece ser aprovada.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **ANTEPROJETO**

Art. 1º Fica concedida a isenção do ICMS incidente sobre a parcela da subvenção da tarifa da energia elétrica estabelecida pelas Leis Federais nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, e 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. Para a aplicação do benefício de que trata o *caput*, consideram-se operações de fornecimento de energia elétrica a consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda aquelas que atendam as condições fixadas nas Resoluções nºs 246, de 30 de abril de 2002 e 485, de 29 de agosto de 2002, da Agência de Nacional de Energia elétrica - Aneel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 061/2005

Curitiba, 09 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEED, a participar do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, bem como para o pagamento das anuidades respectivas.

A objetivada autorização à participação consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que, na referida associação de direito privado, fazem parte representantes de todas as unidades da Federação com a finalidade de desenvolvimento e implementação de políticas de melhoria da educação básica, utilizando-se de vários mecanismos, estratégias e parcerias, propiciando ganhos compartilhados entre as Secretarias de Estado, destacando-se o intercâmbio e troca de experiências.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO

Art. 1º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação, a participar do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das anuidades do Conselho nacional de Secretários de Educação - Consed.

Art. 3º Fica convalidada a participação da Secretaria de Estado da Educação no Conselho Nacional de Secretários de Estado - Consed, nos anos de 2003 e 2004, e autorizado o pagamento das respectivas anuidades.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

**Ofícios**

## OFÍCIOS

Sob o nº 1871/2005/GS, do Sr. Carlos Manuel dos Santos, Secretário de Estado da Saúde - Substituto em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que pede esclarecimentos sobre o não cumprimento da Lei nº 13.674/2002. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 879/2005/GS, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães, Reni Pereira, Barbosa Neto, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Ratinho Júnior, Elio Rusch, Durval Amaral e José Domingos Scarpellini, que pede esclarecimentos sobre contratos de seguros formalizados pelo Porto de Paranaguá. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CODR-C/1296/2005/DDI, do Sr. Ronald Thadeu Ravedutti, Diretor de Distribuição da Companhia Paranaense de Energia - Copel, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Plauto Miró e Elio Rusch, que pede esclarecimentos sobre obras licitadas. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 3341/2005/GS/SEED, do Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Rafael Greca de Macedo, que pede esclarecimentos sobre o cancelamento de ensino supletivo seriado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1781/2005/GS, do Sr. Cláudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que

pede esclarecimentos sobre obras, programas e ações realizadas nos municípios do litoral do Paraná **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CTL/CC 203/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 239/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 207/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 302/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 204, 205, 206 e 208/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

269/2005: De autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina a Rodovia Antonio Fregúlia, o trecho da Rodovia Estadual PR-317, da ponte sobre o Rio Piquiri, no Município de Formosa do Oeste até o trevo de acesso à cidade de Jesuítas, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.893. **Anote-se - Archive-se.**

268/2005: De autoria do Deputado Delegado Braddock, que proíbe a comercialização de peças de veículos sinistrados que sejam desmontados e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.894. **Anote-se - Archive-se.**

427/2005: De autoria do Deputado Reni Pereira, que dispõe sobre tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.895. **Anote-se - Archive-se.**

670/2005: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a constituir, por intermédio da Copel ou de subsidiária integral desta, consórcio com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A - Eletrosul, objetivando participação de leilão de concessão de novos empreendimentos e geração de energia elétrica localizados no Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.896. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº 485/2005/SQP, da Sra. Maria Antonieta Andrade de Souza, Superintendente de Qualidade de Produtos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, relativo ao assunto da Indicação Legislativa nº 176, informa que a Portaria DCN nº 30, de 06 de julho de 1994, estabelece a obrigatoriedade dos postos revendedores de combustíveis indicarem, nas bombas medidoras, os preços por litro de gasolina automotiva, óleo diesel e álcool etílico hidratado combustível, com três casas decimais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 555/SPOA/MDA, do Sr. Cilair Rodrigues de Abreu, Analista de Planejamento e Orçamento e Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando a celebração do Convênio nº 055/2005 e a liberação do recurso financeiro, bem como cópias dos respectivos documentos. Convênio este que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, e o Serviço Social Autônomo Ecoparaná, objetivando planejar, implantar e promover o turismo rural na agricultura familiar no Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL 840, 841, 890, 891 e 892/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação e ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, referente aos Programas PNATE, PEJA, PNAE, PNAC-PNAE Creche e PNAI - PNAE Indígena. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 543/2005-SPDDH/SDH/PR, do Sr. Perly Cipriano - Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República, comunicando que foi firmado o Termo Aditivo nº 03 ao Convênio nº 086/2003, publicado em extrato no Diário Oficial da União de 26/10/2005, entre a União, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, e a Secretaria da Justiça e da Cidadania do Estado do Paraná, com interveniência do Estado do Paraná, destinado à implantação do Programa Estadual de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas no Paraná - Provita-PR, com vigência até 30/04/2006 e repasse de recursos no valor de R\$ 300.000,00 liberados em parcela única conforme Ordem Bancária nº 05OB900962, de 03/11/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 899, do Sr. Ivan Gradowski, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, encaminhando, para os devidos fins, cópia do Acórdão nº 30228, referente aos autos de Plebiscito nº 82 C1 17ª, em que é requerente o Presidente desta Assembléia Legislativa. **Ao conhecimento da Casa.**

## ***Requerimentos***

### **REQUERIMENTO Nº 3556-A**

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja invertida a pauta de hoje, para dar preferência à homenagem que será feita à Comunidade Invernada Paiol de Telha, no horário do Grande Expediente, no início da Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 21.11.2005.

(a) TADEU VENERI

### **REQUERIMENTO Nº 3616**

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente, REQUERER o cancelamento do pedido de uso deste Plenário para a data de 09 de dezembro, às 18h30min. A Cerimônia de Premiação Ney Braga de participação Comunitária deverá ocorrer em outra data, a ser designada.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 21.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

## ***Grande Expediente:***

### ***Homenagem à Comunidade Invernada Paiol de Telha***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme solicitação já aprovada por esta Casa, por unanimidade, o Grande Expediente de hoje seria para a Comunidade Invernada Paiol de Telha, por requerimento do Deputado Tadeu Veneri.

O proponente me solicitou e consulto o Plenário se podemos antes das colocações do representante do Ministério Público de Ponta Grossa e do Secretário da Saúde, Dr. Cláudio, invertermos, fazendo primeiro a homenagem à Comunidade Invernada Paiol de Telha.

De imediato, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

## ***Proponente:***

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas; Deputado Federal Doutor Rosinha, que muito nos honra com sua presença neste plenário; nossos convidados.

No dia de hoje fazemos, na Assembléia Legislativa, uma justa e merecida homenagem àqueles que são remanescentes da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Uma comunidade localizada na região de Guarapuava e que teve recentemente o seu reconhecimento, ainda que parcial, como sendo um dos primeiros do Brasil. E com isso, obviamente, faz com que tenhamos um marco na história do Paraná, um Estado que, dos três estados do sul do Brasil, é o que, em maior número, recebeu escravos até o final do século XIX e que até muito pouco tempo atrás se considerava - pelo menos em seus livros escolares - um Estado de brancos, sem levar em conta aqueles que estiveram e que estão aqui contribuindo para o desenvolvimento cultural, político e econômico de nosso Estado.

Antes de passar a palavra ao representante da CPT, Dionísio, e depois ao nosso homenageado, Sr. Domingos,

queria fazer um brevíssimo histórico do que é a Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha, agradecendo ao mesmo tempo todos aqueles que vieram de diversas localidades do Estado nos visitar; o setorial negro do PT, os companheiros do Norte do Paraná, a comunidade de Guarapuava que está presente.

Após trinta anos de luta, os descendentes quilombolas receberam a certidão de auto-reconhecimento do Paiol da Telha, que comprova que são descendentes de escravos e remanescentes das comunidades dos quilombos. A certidão é concedida pela Fundação Cultural Palmares, atualmente vinculada ao Ministério da Cultura. Com isso, a Comunidade Paiol de Telha é a primeira do Paraná a ser reconhecida como comunidade quilombola.

Essa é uma luta que se desenrolou - e o Sr. Domingos Gonçalves Guimarães poderá nos contar com muito mais propriedade - por quase um século. Uma luta que fez com que os negros descendentes de escravos, após receberem uma área com quase três mil alqueires, foram paulatinamente tendo essas terras tomadas, perdidas. E recentemente, nesta que é talvez uma das principais lutas históricas do Paraná deste século, recuperaram, ainda que parcialmente, essas terras. E isso muito nos orgulha, porque o Paraná tem hoje mais de vinte e sete comunidades remanescentes de quilombolas. No Brasil já são mais de duas mil catalogadas e o Governo Lula tem como compromisso fazer a regularização dessas áreas e para isso a Ministra, que comanda esse setor, tem sido incansável nessa luta.

Passarei, de imediato, a palavra ao nosso representante da CPT, Dionísio, para que faça sua intervenção. E após, passarei ao Sr. Domingos. Posteriormente faremos uma homenagem ao senhor e à sua companheira de luta, desse período todo, com bastante modéstia, à luta dessa comunidade.

## ***Realização da Homenagem***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Carlos Simões que proceda à leitura dos termos da Moção a ser conferida à Comunidade Invernada Paiol de Telha.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)  
(**Procede à leitura da Moção**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o Deputado Tadeu Veneri para que proceda à entrega da Moção de Aplausos e da Escultura Pinhão de Ouro - símbolo do Estado do Paraná - ao Sr. Domingos Gonçalves Guimarães, representante da Comunidade Invernada Paiol de Telha.

(**O Deputado Tadeu Veneri procede à entrega da Moção de Aplausos e da Escultura Pinhão de Ouro ao Sr. Domingos Gonçalves Guimarães**)

(**Aplausos**)

Quero anunciar a presença entre nós, do Deputado Federal Dr. Rosinha. Foi Deputado desta Casa, honrou este Parlamento com a sua atuação. Nossas boas-vindas ao Deputado Rosinha.

Com a palavra o Sr. Domingos Gonçalves Guimarães, representante da Comunidade Invernada Paiol de Telha.

**Orador:**

***Sr. Domingos Gonçalves Guimarães -  
Representante da Comunidade  
Invernada Paiol de Telha***

O SR. DOMINGOS GONÇALVES GUIMARÃES

Quero agradecer, em primeiro lugar, a grande oportunidade que nunca antes tivemos, como ajudante do crescimento do País.

Estou com setenta anos. Tinha seis quando meus pais e meus tios entraram na Justiça para demarcar a área da Invernada Paiol de Telha; uma com três mil e seiscentos alqueires, mas, só recebemos mil e duzentos. E quando nos foi entregue, não foi pelas divisas. E meus tios e meu pai entraram na Justiça. E até hoje - eu estou com setenta e um anos -, faz sessenta e poucos que estamos procurando essa oportunidade e não fomos reconhecidos. E hoje nos sentimos muito felizes, porque o Brasil nos conhece, e especialmente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que é uma das maiores do Brasil, passou a nos dar esse apoio.

Então, não temos uma homenagem melhor do que agradecer, porque somos caipiras, não temos colégio, tudo o que fizemos foi porque a prática e o conhecimento nos ensinaram. Ficamos muito gratos pela atenção e agradecemos às outras comunidades: os Palmares, que é a Comunidade Negra, e à CPT, que é a Pastoral da Terra por hoje estarmos nessa situação. Então, estamos muito felizes e não tem como fazer uma homenagem melhor, porque somos simplesmente caipiras.

Obrigado pela atenção e até a próxima oportunidade e temos a certeza que seremos vitoriosos, apoiados pela sociedade brasileira.

Muito obrigado.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Casa agradece a presença da Comunidade Paiol de Telhas, de Guarapuava, bem como às demais entidades aqui presentes. É uma satisfação tê-los aqui.

Suspendo a Sessão por três minutos, para os cumprimentos.

(**Suspensa a Sessão**)

Está reaberta a Sessão.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, para não perder a oportunidade, agradeço a V. Exa. por ter entendido e termos feito a inversão de pauta, uma vez que teremos, depois, o Secretário da Saúde.

Agradeço também à CPT por participar dessa luta junto com a Invernada Paiol de telha, nessa homenagem que fazemos hoje, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Quero também agradecer à Liderança por ter se empenhado para que pudéssemos estar aqui com os remanescentes da Comunidade Quilombola de Guarapuava.

Muito obrigado.

### ***Pequeno Expediente:***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Conforme requerimento aprovado nesta Casa de Leis, no dia 09 de novembro, vamos destinar o Pequeno Expediente para ouvirmos o Dr. Fuad Faraj, Promotor de Justiça da Comarca de Ponta Grossa, que aceitou o convite. Posteriormente, atendendo a convite também, o nosso Secretário da Saúde, Sr. Cláudio.

De imediato, concedo a palavra, por quinze minutos, ao Dr. Fuad Faraj.

### ***Convidados:***

#### ***Dr. Fuad Faraj - Promotor de Justiça da Comarca de Ponta Grossa***

**O SR. FUAD FARAJ**

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Esta Casa de paranaenses, tenho certeza, é aquela que não se verga diante de quem eventualmente vem ocupar o Palácio Iguaçu, seja ele um governante democrata ou um governante déspota.

De antemão, quero me apresentar. Meu nome é Fuad Faraj. Sou Promotor de Justiça da Comarca de Ponta Grossa, desde o ano de 2003. Respondendo ao Governador do Estado, quero dizer que sou, sim, um Promotor de passeatas. Se não as promovo, delas participo e estou me referindo às passeatas cívicas, populares, as que querem estabelecer em sua plenitude, a concretude da Constituição no que ela tem de mais sagrado, que são os seus direitos fundamentais, os seus direitos humanos, como o direito à saúde e o direito à vida, por exemplo. Quero dizer ao Sr. Secretário Estadual de Saúde, que disse que o Ministério Público de Ponta Grossa é o Ministério da propaganda. Afirmo e reafirmo, sim, que é o Ministério da Propaganda.

Quero propagar, enquanto Promotor de Justiça, os direitos fundamentais estatuídos na Constituição e que eles não sejam tão somente, mera promessa, nas que

sejam realidade, concretude. Que cada cidadão do Paraná possa, efetivamente, usufruir dos direitos e das garantias estabelecidas na Constituição. Sou, sim, Sr. Secretário Estadual de Saúde, um Promotor de propaganda. Faço parte do Ministério da Propaganda, mas não daquela propaganda a que provavelmente V. Exa. está acostumado a usufruir, que tem sua fonte na Secretaria da Comunicação Social, na qual está à frente o Sr. Airton Picetti.

Sr. Secretário da Saúde e Sr. Governador do Estado: não sou eu quem compra as penas de aluguel, os editoriais de jornais, de rádios, para que falem bem dos seus governos ou falem bem do meu trabalho. Essa pecha, essa coisa de dizer que é de propaganda, cabe muito bem ao senhor, ao seu governo, porque quando desligamos a televisão, o seu governo acaba, dado à sua virtualidade. Primeiro de tudo, quero ler uma declaração.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Peço ao nosso orador, ao nosso convidado, que aceitou prontamente o convite para comparecer a esta Casa, que se reserve para discutir a situação que foi colocada nos termos do requerimento do Deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente aprovado.

### ***(Lê Requerimento)***

Solicito, tanto ao nosso convidado que está usando agora a tribuna, como os demais, que se limitem aos termos do requerimento, senão suspenderei imediatamente a Sessão.

Pela Ordem, o Deputado Rafael Greca.

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)**

Sr. Presidente, para apelar ao nosso convidado, no sentido que o desaforo é a ausência do argumento. E ele, ao defender a vida e a saúde tem a admiração dos paranaenses, mas não precisa usar o desaforo. Porque, acho que o Ministério Público é muito importante do ponto de vista da defesa das garantias constitucionais. Agora, nós não podemos desprezar o Ministério Público.

O Promotor, até há pouco, era uma das figuras que eu admirava no Ministério Público, pela sua coragem. Sou um Deputado perseguido pela Instituição por ter aberto um hospital em situação de emergência no Bairro Novo, de Curitiba. Agora, quero lembrar que a saúde é um bem fundamental, um direito constitucional e não carece de desaforo. O desaforo é a ausência do argumento. O desaforo é a derrota confessada. Quem defende a vida não pode ser um derrotado. Não precisa usar o desaforo.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, esta Casa tem por norma receber todos os convidados de forma cordial. Espera também dos convidados que utilizem da tribuna, a mesma cordia-

lidade, inclusive do verbo. O Promotor Público que está na tribuna, a primeira coisa que fez foi agredir. Ora, isso nem é próprio deste Parlamento. Talvez em juri criminal da mais baixa categoria, pode ser utilizado.

Esperamos que o digníssimo Promotor Público, a quem respeitamos, tenha a grandeza de utilizar daquele espaço e daquela tribuna para colocar o que entende ser justo para o Paraná e do interesse da população paranaense e, tão somente isso. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustre visitante do Ministério Público, Dr. Faraj que se faz presente aqui, para esclarecer a este Parlamento com relação à área de saúde.

Eu discordo, frontalmente, da política adotada pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde, dos modos como vem sendo conduzido, e pelo próprio Governo do Estado, com relação à atuação política e administrativa da Secretaria.

Mas, tenho que deixar registrado - e não significa apoio a quem quer que seja - que o Ministério Público deve se ater àquilo que regimental e constitucionalmente foi aprovado nesta Casa. A sua vinda é para discutir o assunto inerente, explicitamente à área da saúde.

Se o ilustre visitante puder contribuir para com este Deputado, com relação às denúncias de corrupção na Secretaria da Comunicação Social, eu ficaria muito satisfeito; tenho discutido isso aqui, até alguns abusos do Governo do Estado, com relação à Comunicação Social, mas não tive ainda as provas cabais da corrupção. E o Ministério Público se atém, está perdendo tempo em vir aqui fazer uma denúncia apenas oral. Deveria fazer uma representação criminal dado a gravidade dos fatos, ou uma ação civil público proposta para o ressarcimento ao erário.

Então, Sr. Promotor, o senhor é muito bem-vindo a esta Casa, mas desde que seja exclusivamente para tratar do tema que V. Exa. agendou.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Peço a compreensão dos nossos convidados que se limitem exclusivamente aos termos do convite. Se não acontecer, suspenderemos a Sessão imediatamente.

Com a palavra o ilustre Promotor Público, Fuad Faraj.

**O SR. FUAD FARAL**

Peço desculpas aos dignos Deputados desta Casa e ao Sr. Presidente. Mas no início da minha locução simplesmente me limitei a exteriorizar e responder as ofensas que sofri nos últimos dez dias. Ofensas que foram proferidas por membros do atual Governo.

Vamos à técnica: gostaria de saudar o Deputado Rafael Greca, de quem sou muito admirador e dizer a ele que, Deus queira que o Governador ouça também as suas belas palavras quanto à questão do desaforo.

Temos um problema em Ponta Grossa quanto à questão da transferência de pessoas que precisam de leitos em Unidades de Terapia Intensiva. Sempre os leitos estão lotados.

Ponta Grossa atende não só à cidade como também à região dos Campos Gerais. São mais de oitocentos mil habitantes que são atendidos pela rede hospitalar de Ponta Grossa.

Lamentavelmente não temos leitos suficientes em UTI's, não temos leitos suficientes quer sejam cirúrgicos ou clínicos. Não é questão de falta de leitos em UTI. Para isso, trago à apreciação dos Srs. Deputados um estudo efetuado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, a pedido da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, que estabelece o número de leitos que falta na região para atender à cidade e região de Ponta Grossa. Queria deixar à disposição desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Por conta dessa falta de leitos, procedemos a uma investigação para sabermos o porquê que as pessoas, estando todos os leitos de UTI lotados em Ponta Grossa, não eram transferidas para Curitiba que era tão perto ou Londrina, Maringá, Cascavel ou qualquer outra região que tivesse um hospital para atender essas pessoas.

Pedimos à Secretaria Municipal de Saúde do município de Curitiba uma auditoria; está sendo realizada, ela não está concluída ainda. Mas, de antemão, as informações que temos de Curitiba - e o Deputado Rafael Greca sabe desse situação, da penúria, das dificuldades hospitalares também em Curitiba. As informações que tivemos é que Curitiba tem uma demanda muito grande, fruto de residentes de fora do Município.

É um problema muito grande. Aliás, é um problema que justificou a reestruturação, a reforma daquele hospital a que o Deputado Rafael Greca fez referência. Por conta disso, pedimos à Dra. Maria de Fátima Santana que nos informasse quantas pessoas morrem no Paraná, aguardando serem transferidas para um leito de UTI. Pensei, que o problema fosse apenas em Ponta Grossa. Que em Cascavel, Londrina, em Maringá não ocorresse.

Mas, para minha surpresa, a Dra. Maria de Fátima Santana me enviou em 26.10.2005, um documento que é oficial, Sr. Secretário de Estado da Saúde, chamado registro do quantitativo gerado pelas clicks do Estado do Paraná, decorrentes das solicitações para leitos gerais e leitos de UTI's, do período de 01 de outubro de 2004 a 19 de outubro de 2005. E lá, constatamos que 282 pessoas, pacientes que aguardavam serem transferidas para leitos de UTI, em Maringá, morreram aguardando. Em Londrina morreram 291 pessoas que estavam, aguardando serem transferidas para leitos de UTI, porque não existiam vagas. Morreram aguardando. Em Ponta Grossa morreram 219 pessoas que estavam aguardando serem transferidas para leitos de UTI. Morreram aguardando. Cascavel: morreram 228 pacientes. Isto tudo totalizou, no período de um ano, 1028 mortes de pacientes que esta-



vam aguardando vagas em leitos de Unidade de Terapia Intensiva.

E falaram, na Secretaria de Estado da Saúde, que essas pessoas não morreram por falta de vagas. Mentira! Aquele estudo da UPG, que coloco à disposição, bem como esta correspondência, são documentos oficiais da Dra. Maria de Fátima Santana, que nos comprovam, taxativamente, que há um déficit de leitos no Paraná. Basta comparar com os leitos que temos, por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul, que tem mais ou menos a mesma população. Eles têm cerca de quinhentos leitos a mais que nós, e a mesma população! Quer dizer, déficit de leitos há. Se não houvesse déficit, obviamente o Estado não iria se importar com as palavras proferidas por este Promotor de Justiça. Déficit de leitos, há.

Aliás, nas conversas que tivemos com a Dra. Maria de Fátima Santana, por telefone, isso ficou, absolutamente, claro. Se não houvesse déficit de leitos, não teríamos pessoas esperando cerca de seis dias um leito de UTI.

Quero passar também a esta Assembléia Legislativa um papel que a Dra. Maria de Fátima Santana está me devendo, faz um mês que estão me sonegando informações, está requisitado e se eventualmente não conseguirmos pela requisição, vamos entrar com ação judicial, lamentavelmente parece que é assim que as coisas funcionam na Secretaria de Estado da Saúde. Existe um software chamado “sistema de controle de leitos”, pacientes de UTI que foram a óbito sem reserva no período de 01.11.2004 a 10.11.2004. Há um histórico da solicitação do leito referente a cada paciente. E neste histórico diz quanto tempo a pessoa ficou aguardando, qual a hora e o dia da solicitação e qual a hora do óbito, do cancelamento.

A constatação a que chegamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a Secretaria de Estado da Saúde não tinha conhecimento; ela não sabe exatamente o que acontece com cada paciente, onde há uma solicitação de leito de UTI. Não sabe e nem se preocupa com seu destino final. Não sabe se sobreviveu. Estou falando daqueles que conseguiram, efetivamente, os leitos de UTI. Não sabe se sobreviveu, não sabe se apresentou seqüelas por conta da demora em ser atendido. Enfim, a Secretaria de Estado da Saúde desconhecia - e eu faço essa pergunta para o Secretário, espero que ele responda depois se ele sabia, se tinha conhecimento, ou não desses números? Mas o que nos deixou mais assustados é que a própria Secretaria de Estado da Saúde, no dia 07, se não me engano, numa coletiva que foi proferida, o próprio Secretário disse que morreram, de janeiro até outubro, cinco mil, duzentos e setenta e cinco pessoas, que estavam aguardando leitos de UTI.

Estou fazendo um levantamento junto aos hospitais, Sr. Presidente, e constatei que há pessoas que morreram logo depois à entrada no hospital, apesar da solicitação do leito de UTI. Mas, grande parte delas espera várias horas para ser transferida para um leito de

UTI. Em Ponto Grossa, por exemplo, nesse período de um ano, a média de espera por um leito foi de vinte e cinco horas. Existia um senhor que esperou mais de seis dias. Estou falando das pessoas que morreram; eventualmente daquelas que não morreram, qualquer médico intensivista vai dizer que o fato dessas pessoas terem que esperar, vão apresentar seqüelas, por não terem sido atendidas a tempo. Uma dessas seqüelas o paciente desenvolve uma infecção, a chamada sepsigrave.

Tenho um caso de um paciente que ficou três dias no Pronto Socorro Municipal de Ponta Grossa aguardando UTI, registrado na Central de Leito, esperando para ser transferido. Quis saber o destino dessa pessoa, saber se piorou, ou melhorou, apesar do atendimento na UTI, Deputado Jocelito Canto, fiquei sabendo que essa pessoa foi para a UTI, ficou dois dias no hospital e morreu. São vários os casos, vários. E o levantamento que fiz, que está mais próximo a mim, diz respeito ao Pronto Socorro Municipal de Ponta Grossa, chamado Hospital Municipal de Ponta Grossa, e lá, de agosto de 2003 a outubro de 2005, 104 pessoas perderam a vida aguardando uma vaga ou aguardando serem transferidos.

Encontrar uma vaga e realizar a transferência fica a cargo das Centrais de Leitos e da central de regulação que funcione tão mal, mas tão mal, que só para os senhores e as senhoras terem uma idéia, ocorreu no dia 28 de outubro, dia do servidor público, e 29 de outubro, sábado, 30 de outubro, domingo, um fato inusitado: havia um paciente esperando UTI com registro de pedido de solicitação de leito na Central de Leitos desde quinta-feira, dia 27; foi achado uma vaga para ele no dia 28, se eu não me engano, em Telêmaco Borba. Esse paciente não foi transferido e não o foi, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, porque a Central de Regulação de Leitos aqui em Curitiba possui uma única UTI móvel que sai daqui para atender pessoas de Ponta Grossa, de Guarapuava e do Norte Pioneiro. Essa UTI móvel estava funcionando, estava, veja bem a responsabilidade da transferência é da Central de Regulação de Leitos, isso não se discute. Em nossas

conversas telefônicas com a Dra. Maria de Fátima, isso não se discutiu. A responsabilidade era deles.

Estava lá na viatura, mas às vezes acontece de não ter leito ou não estar funcionando. Mas naquele dia 28 de outubro, estava! Mas, não tinha médico intensivista para integrar a equipe e fazer o transporte do doente.

Dia 29 perdeu-se o leito de Telêmaco Borba, mas achou-se em Campo Largo. A mesma coisa: não tinha médico e o cidadão ficou aguardando no hospital em Ponta Grossa, precisando de um leito. Quero relembrar uma coisa: no sábado, dia 29, cheguei a falar com um médico e ele me disse que houve problema no plantão, mas procuraria uma boa alma, um colega seu para poder integrar a equipe e fazer a transferência do doente. E me prometeu que até às oito horas isso se resolvia. Não se resolveu no dia 28, no dia 29 e nem no dia 30. Só na segunda-feira.

A Central de Leitos pode até achar vagas, depois de horas, dias, e quando acha, a tal de UTI móvel não pode estar pronta.

É por isso que fizemos dois pedidos, por conta do nosso “plantão da vida” que fizemos lá no Pronto-socorro. Que se tenha uma Central de Leitos por 24 horas - parece que já está funcionando - e uma UTI móvel lá, para atender a região.

A Central de Leitos não funcionava 24 horas. Houve um período que sim, mas ultimamente não funcionava. Funcionava das sete da manhã às doze e quarenta. E isso dava problema a ponto de um paciente chegar de madrugada e ter o seu pedido de solicitação na Central de Leitos somente pela manhã. O paciente ficava cinco, seis horas sem estar registrado na Central de Leitos, e precisando de UTI.

Peço para a Dra. Maria de Fátima me dar os documentos que pedi, que é a tal da solicitação de leitos onde existiram óbitos de pacientes que estavam aguardando UTI.

Houve uma decisão de primeiro grau proferida em 11 de novembro de 2005, para fornecer um medicamento chamado Temodal, para uma moça de 25 anos que está com câncer, na Santa Casa de Misericórdia. E a situação dela se agrava cada dia mais e corre o risco de ficar paraplégica, porque apresenta um tumor medular.

Hoje foi dada a liminar e quando a mãe dessa menina foi procurar a 3ª Regional de Saúde, foi lhe informado que o medicamento não seria fornecido porque o Estado não possui tal medicamento e não tem recursos para adquiri-lo. Apesar da decisão judicial. Viu, Secretário?

Esse é um remédio paliativo, próprio para quem tem esse tipo de câncer medular, e é extremamente importante para que essa paciente possa ter dignidade; para que possa melhorar a sua qualidade de vida; sofrer menos; para que não tenha mais as dores cruciantes que está tendo e para que possa impedir o avanço da doença no sentido de impedir a sua tetraplegia.

Esse é um exemplo de uma ação judicial que foi proposta pelo Ministério Público, obteve liminar e a Secretaria de Estado da Saúde não vem cumprindo. Quero encerrar e deixar alguns documentos à Assembleia Legislativa. Por último, mas não menos importante, se o senhor me permite, Presidente, um minuto, eu já encerro.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está concedido um minuto para V. Exa.

**O SR. FUAD FARAJ**

Eu tenho uma auditoria do Ministério da Saúde, foi pedida pelo Ministério Público, referente ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29 pelo Estado do Paraná, no ano de 2003. Essa auditoria chegou à conclusão de que o Estado do Paraná não cumpriu, naquele ano, o que dispõe a Constituição, e não aplicou como deveria

10% de suas receitas em saúde, acabou aplicando menos: 7,36%.

Há uma outra auditoria que está sendo feita, relativamente a 2004, e nós já temos informações parciais de que, mais uma vez, o Estado do Paraná não cumpriu a Constituição. Quero deixar essa auditoria nas mãos dos Srs. e Sras. Deputados para dizer, também, que essa auditoria viu coisas absurdas e foram colocadas na prestação de contas da Secretaria de Estado da Saúde. Coisas como sendo gastos de saúde, coisas que não são, como por exemplo, falo singelamente: capelas mortuárias, pavimentação asfáltica, limpeza de praias; pagamento de mestrado e doutorado dos professores das universidades; centros de convivência.

Falando de representação, ilustre Deputado Scarpellini, quero dizer que eu, no dia 14 de julho de 2005, dirigi uma representação ao Sr. Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, o Dr. Milton Riquelme de Macedo, falando da omissão do Ministério Público; do antro de corrupção instalado na Secretaria de Comunicação Social do Governo; da atuação capenga e desorientada da Secretaria Estadual de Saúde; do caótico sistema público de saúde patrocinado pelo Governo do Estado, sob a jurisprudência de más decisões proferidas por determinados juízes e desembargadores; e de outras irregularidades, como pedágio comprado pela concessão...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Faço um apelo a V. Exa. para que possa encerrar, porque temos uma série de compromissos, hoje, nesta Casa. Temos a oportunidade de os Parlamentares fazerem perguntas, se V. Exa. concordar, porque V. Exa., como convidado, não é obrigado a ser questionado pelos Srs. Deputados. Consulto a V. Exa. se concorda em responder às perguntas dos Parlamentares que estão inscritos.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, justamente sobre este ponto que gostaria de fornecer uma sugestão à Mesa.

Em primeiro lugar, agradecer a presença do membro do Ministério Público na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Mesmo discordando e tendo uma outra visão que o ilustre Promotor apresenta na tribuna desta Casa, mas, acho que para que o debate fique enriquecido, seria neste momento importante que os técnicos da Secretaria da Saúde pudessem elencar as razões, os argumentos, o porquê das políticas públicas na área da saúde estão se desenvolvendo. Para que após essa explanação dos técnicos da área da saúde, cada Deputado pudesse conformar a sua visão do conjunto dos problemas que esta área afeta.

Então, gostaria que alguma alusão, algum questionamento que o Promotor pudesse enriquecer ou o técnico

da área da saúde fosse feito após a explanação dos técnicos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aceitamos a sugestão de V. Exa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, houve referência à minha pessoa em relação ao que eu havia falado anteriormente. Então, quero me inscrever já para fazer algumas perguntas e gostaria, se V. Exa., Sr. Promotor, pode esclarecer a esta Casa, com relação a essa representação feita ao Ministério Público, à Procuradoria do Ministério Público Estadual, em 14 de julho de 2005 e que não houve andamento e não se tomou nenhuma providência; se o senhor entende então que esta omissão do Sr. Procurador Geral...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado, já acatei a solicitação. V. Exa. está fazendo um questionamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sim, mas com relação ao que ele falou...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele terá a oportunidade de lhe responder posteriormente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas, dirigiu-se a mim, Presidente. Só quero saber se houve no seu entendimento, prevaricação do chefe do Ministério Público Estadual, o Procurador-Geral de Justiça. Se de 14 de julho até agora nenhuma providência foi tomada. Se houve prevaricação, o senhor pode falar, o senhor é do Ministério Público também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o senhor representante do Ministério Público.

O SR. FUAD FARAJ

Sr. Presidente, primeiro respondendo à indagação que me foi feita por V. Exa. em relação a estar disponível aos questionamentos. Quero dizer que vim expressamente a esta Casa de Leis para responder todos os questionamentos que me forem feitos pelos Deputados e ilustres Deputadas. Quero garantir e tranquilizar a todos, que inclusive para isso não me vali de nenhum *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, nem do Tribunal de Justiça. Portanto, caso eu venha a falar alguma inverdade, estou sujeito à prisão em flagrante.

Ilustre Deputado Scarpellini, não tenho conhecimento do andamento que foi dado a essa representação. A última informação que me foi passada e isso por telefone, que o Sr. Procurador Geral da Justiça teria repas-

sado a representação que encaminhei para a sua assessoria. E eu não tenho conhecimento do que a assessoria efetivamente deliberou ou aconselhou o Sr. Procurador Geral da Justiça.

Portanto, fica prejudicado de responder se houve ou não prevaricação especificamente no caso. Infelizmente, não tenho resposta a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. pode transformar em requerimento, para solicitar essas informações.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Perfeitamente, é o que vamos fazer ou criar uma comissão especial para investigar o porquê que esse pedido de providências não teve o seu andamento normal lá na Procuradoria Geral de Justiça.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, já que V. Exa. atendeu à solicitação do Deputado Ângelo Vanhoni, solicitaria que o Secretário Cláudio Xavier fosse à tribuna fazer a sua explanação, já que ele veio aqui, com os seus companheiros de trabalho, para responder, para mostrar a visão de sua Pasta, e talvez os números mostrados pelo Dr. Cláudio Xavier não precisem nem de questionamentos e se assim houver interesse dos Deputados, a cada solicitação de um Deputado, o que for solicitado voltará à tribuna para responder. Acho que daríamos uma seqüência normal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De imediato vamos conceder a palavra ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Xavier.

### ***Dr. Cláudio Xavier - Secretário de Estado da Saúde***

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Sr. Presidente Hermas Brandão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

É uma honra muito grande voltar a esta Casa, como Secretário de Estado da Saúde, e gostaria de reafirmar que estamos e continuaremos sempre à disposição para qualquer esclarecimento quando formos solicitados. É um prazer estarmos aqui com a nossa equipe e temos certeza das intenções desta Casa. Estamos sempre à disposição.

Gostaria, antes de prestar alguns esclarecimentos, fazer ligeiras correções. Primeiro, que quando se fala que o Estado tem apenas uma UTI móvel - entenda-se, em funcionamento - já há tempo, sete UTI's móveis e mais nove deverão ser entregues o mais breve possível; três ainda durante esta semana. Mas, o número de nossa gestão já vem de tempo em sete UTI's móveis.

Quando é colocada a palavra ao Sr. Secretário da Saúde, que eu teria dito que cinco mil e duzentos paranaenses aguardaram vaga de UTI e vieram a óbito por conta de não haver leito, justamente ao contrário. Fomos esclarecer à imprensa que isso não é verdade e na sequência da exposição poderemos, rapidamente, passar isso aos senhores.

Quando colocam à Dra. Fátima, Diretora da Central de Regulação, a acusação que ela teria feito sonegação de informação, isso também não é verdade, tanto é que um documento técnico interno, ainda sem auditoria e sem estudo, veio às mãos da Promotoria de Justiça de Ponta Grossa e a primeira e principal atitude da Promotoria, antes de qualquer interpelamento ou de qualquer sugestão à Secretaria da Saúde, foi levado em primeiro lugar à imprensa, ao jornal.

Quando se traz o caso de um determinado paciente com o nome, com a doença, gostaria de lembrar aos senhores que para cada mandado judicial que somos impedidos de fornecer o medicamento, temos 27 mil paranaenses recebendo medicamentos excepcionais. E para cada paranaense que aqui é trazido o nome, a doença ou o medicamento que está aguardando, temos dez milhões de paranaenses atendidos pelo Sistema Único de Saúde. E fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a sugestão que se for para trazer a doença de algum paciente especificamente ou o nome de algum remédio ou o nome de alguma droga, acredito que o âmbito não seja a tribuna da Assembléia Legislativa, mas, sim, um programa de auditório.

Em relação a que teria sido esfregado um papel na minha cara: primeiro, eu não tenho cara, tenho rosto; segundo, até hoje não tive o desprazer sequer de um grande paranaense ter me esfregado um papel no rosto, que dirá alguns, nem tanto.

Em relação à Emenda Constitucional nº 29, é conhecido de toda a pessoa que tenha a vivência na saúde que hoje há uma Frente Parlamentar em Brasília que trabalha pela regulamentação da Emenda Constitucional 29, aquilo que pode ou não ser incluído nas verbas da saúde. Eu estive lá, no dia da reunião, no Congresso Nacional, e a pessoa que há pouco tempo se referia às verbas da saúde, não foi por mim visualizada.

Hoje - e esse governo entende que saneamento é, sim, uma grande medida preventiva - colocamos na verba do orçamento o saneamento, porque entendemos ser uma grande medida preventiva. A partir do momento, se houver alguma restrição por parte da Emenda Constitucional nº 29, iremos fazer a correção como a maioria dos estados brasileiros e a própria União Federal. Essa é a postura do Governo do Estado, uma postura de sempre estar cumprindo a emenda, cumprindo os orçamentos e investindo cada vez mais em saúde.

Mas, gostaria de mudar, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o tom de voz. Entendo que não se pode vir a esta Assembléia falar de saúde com ódio e com raiva. Pretendo, a partir de agora, conversar com os senhores, e

agradeço, de antemão, a atenção, mas gostaria de falar da saúde com amor.

2002 - investimento federal, repasse oficial ao Paraná: 401 milhões de reais. Investimento executado pelo Tesouro do Estado em Saúde: 176 milhões. Era trezentos milhões o previsto, 330. Foram executados 176 milhões. Vamos a 2004, ano passado: orçamento - repasse federal: 450 milhões de reais. Executado pelo Governo do Estado: 394 milhões. Mesmos parâmetros, mesmos indicadores, nenhum índice diferente foi acrescentado como verba a ser alocada como recursos da saúde. Aumento do repasse federal de 20%; aumento do repasse estadual de 120%.

Essa é a realidade de um Governo que eleva de 176 milhões para 396 milhões, ano passado. Este ano nós teremos um valor ainda maior, investido. É isso que tem feito que hoje, ainda com tantas necessidades, tenhamos, sem dúvida, um plano de saúde para o Estado, porque hoje qualquer município pode receber o apoio ao Programa de Saúde da Família, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, o apoio aos hospitais regionais. E tudo isso, minha gente, não existia na gestão anterior.

Para que vocês tenham uma idéia, vamos ao aumento do número de leitos, o que temos disponível, porque aqui será muito difícil contestar, Srs. Deputados, os dados de morte à espera de fila de UTI antes desta gestão, porque os dados estão nas mãos de uma empresa privada e não são disponibilizados sequer à Secretaria de Estado da Saúde.

O aumento do número de leitos de 2000 a 2002: número de leitos em 2000 - UTI's oficialmente do Estado: 782 vagas, 782 leitos. 2002, dois anos depois: 782. Zero de aumento. Esse é o dado que temos de 2000 a 2002. De 2002 até os dias atuais: de 782 para 1051 leitos. Inclusive, pela primeira vez o Governo do Estado credenciou 118 leitos da rede privada, uma vez que não conseguíamos viabilizar o credenciamento de outros leitos novos. Um aumento de 34% na oferta de leitos no nosso Estado. Resolve o problema da UTI? Evidentemente que não. Senhoras e senhores, sou médico pediatra, trabalhei em maternidade vinte anos, é evidente que temos que continuar avançando todos os dias, até o último dia do nosso mandato. Não é suficiente, precisa mais, mas é claro que nunca se fez tanto em tão pouco tempo!

Vamos continuar avançando com o apoio dos senhores, mas não com denúncias de ódio, vazias, apenas numa região do Estado. Quando assumimos - e esses dados estão oficialmente registrados nas Central de Leitos - cerca de 40%, exatamente 44% das solicitações eram atendidas. Hoje, são 96,3% e se hoje o paranaense espera horas por um leito, e excepcionalmente dias, ele sempre esperou!

Então, temos que acabar com o discurso demagógico, promocional e passarmos para um discurso executivo.

Hoje, todas as 22 regionais de saúde têm leito de UTI. Ivaiporã, Telêmaco Borba, não tinham, e em muitos

municípios pudemos dobrar a oferta de leitos, como há muito tempo não se fazia. Vamos pegar o exemplo claro de Ponta Grossa: passamos de dezoito para 36 leitos. Temos ainda várias possibilidades, mas não estamos falando em possibilidades, estamos tentando fazer uma prestação de contas.

Perdemos dez leitos de um hospital privado em que o Estado investiu, só no custeio, mais de um milhão de reais. Mas, essa empresa privada não teve a disposição de preencher os requisitos exigidos, minimamente, pelo Ministério da Saúde e pela Vigilância Sanitária!

No Paraná morrem, por dia, infelizmente, cerca de 165 paranaenses. Mas, não podemos imaginar uma situação absurda que se tivéssemos mais 165 leitos todos os dias, os paranaenses iriam ser salvos. Não é assim que funciona! Temos, isso sim, que continuar avançando, buscando mais leitos, porém com critério, com disposição e sem terrorismo! Porque, minha gente, se qualquer um de vocês, Deputados, disser que em tal município está faltando médico da família, não tem dentista, não tem cardiologista, eu entendo, mas ninguém pode dizer que tal Município está com crise no sistema de transplante de órgãos! Isso porque é interligado. O Paraná é um todo, não pode haver um município em que há uma crise, por exemplo, de cirurgia cardíaca, porque tudo isso está elencado dentro de um sistema de regulação! Ponta Grossa não é uma ilha, minha gente! Não pode haver essa crise, única e exclusivamente em Ponta Grossa! Temos dificuldade em todo o Estado, porém, temos um sistema de divulgação de problemas que está levando todo o sistema dos funcionários da Secretaria da Saúde, em Ponta Grossa, a um verdadeiro terror, a um ambiente difícil de trabalho aonde recebemos pedidos por parte do Ministério Público, pedindo prestação de contas, em minutos! Temos dois ofícios: “resposta em quarenta minutos e resposta em trinta minutos”. É isso que está acontecendo em Ponta Grossa!

Não podemos aceitar, temos a plena convicção que há um interesse do Ministério Público, da Secretaria da Saúde do Governo, assim como da Assembleia. Evidentemente que a qualidade de vida é a solução dos problemas e o que está havendo é que, efetivamente, nesse município vemos um sistema de divulgação de notícias desproporcional! Não é o fato ou a declaração de uma pessoa nos jornais que vai fazer avançar a saúde pública no nosso Estado, e sim os critérios que todos temos! Não podemos sair por aí anunciando aberturas de leitos em municípios pequenos que não têm intensivista, anestesista, não têm estrutura física! Temos a Lei de Responsabilidade Fiscal e, mais que isso, temos bom senso e a necessidade de levar o leito onde ele possa ser atendido!

Quando assumimos o Consórcio Intermunicipal de Saúde foi uma grande dificuldade que até hoje não pode receber recursos por parte do Governo, porque não tem uma situação definida nos seus certificados. Nenhum hospital regional, desde que assumimos! A Santa Casa recebe cem mil reais por mês como incentivo extra do

SUS, para poder melhorar o atendimento de saúde no município.

Estamos, finalmente, vindo ir à frente a reforma do Pronto Socorro e do Hospital Infantil, porque nunca faltou recurso do Estado. Já repassamos um milhão e meio para reforma e ampliação do Hospital Infantil e dois milhões e cem para a reforma e ampliação do Pronto Socorro Municipal. Entramos com uma solicitação de quarenta mil reais por mês para o Hospital Municipal, que não pode receber por conta de não ter certidão negativa.

Já temos registrado, no orçamento do Estado - e os senhores entendem isso plenamente - uma verba de quinze milhões de reais para que, finalmente, Ponta Grossa venha a ter o Hospital Regional ainda no ano de 2006. Mas, temos que trabalhar, não podemos ficar respondendo a caprichos e a detalhes de uma específica região do Estado que, assim como todas as outras, precisa e vai, com certeza, avançar!

Temos muito trabalho pela frente, contamos, sim, e precisamos da fiscalização do Ministério Público e da Assembleia mas por favor, não tentem levar o Governo do Estado ao engessamento! Não tentem levar o Governo do Estado ao terrorismo, na região de Ponta Grossa! O que o povo do Paraná quer é o trabalho, é a execução dos programas! Nós não estamos aqui para apenas tratar de paranaenses na UTI; temos um plano para promover a saúde, para prevenir, para tratar as doenças e evitar a necessidade do internamento numa Unidade de Terapia Intensiva!

Nós sabemos, e estamos trabalhando junto com o Ministério da Saúde, que precisamos ter um leito intermediário de atendimento para que aquele paciente que não tem uma necessidade exata de UTI possa disponibilizar de um leito de custeio tão caro e possa utilizar um leito intermediário de atenção. Mas, precisamos somar, nós não podemos nos dar ao luxo de ficar, exclusivamente, fazendo promoção na divulgação política de dados, no Campos Gerais! O Paraná tem muito ainda para avançar e nós esperamos estar, com toda nossa equipe, fazendo um grande trabalho e vir aqui dizer que temos certeza que precisamos de mais, mas temos confiança que nunca se fez tanto como nessa gestão!

Quando trazem a vocês um número, 1028 pacientes, pessoas que teriam falecido por espera e falta de um leito de UTI, é mentira! Repetindo: é mentira! Isso é apenas cliques ou pontos de solicitação de leitos e que depois foram cancelados. Vou dar um exemplo claro: se um paciente em Ponta Grossa solicita um leito de UTI, muitas vezes ou freqüentemente ele vai para outras centrais de regulação de leitos e lá, também é feito o pedido. Quando esse paciente falece, se tiver quatro ou cinco pedidos da mesma pessoa, os cinco são cancelados. Então é falso dizer que cinco mil pessoas morreram por falta de leito de UTI. O que procede é que houve cinco mil cancelamentos de pedidos desde o início da gestão, por falecimento. Muitas vezes a patologia sequer propor-

cionava minutos para que o paciente chegasse ao hospital e já havia três, quatro, cinco solicitações à mesma pessoa, ao mesmo paranaense!

Minha gente! Vamos fazer cobrança, fiscalização, é isso que se espera do Poder Público, mas não vamos fazer promoção e nem falsas denúncias.

Muito obrigado pela atenção de todos. A nossa equipe está à disposição de vocês e vamos tentar manter a conversa em alto nível, porque jamais esperava um início de fala, como eu tive o desprazer, como paranaense, como médico, como pai de família, de ouvir.

Agradeço a todos aqueles Deputados que foram até mim pedir para que eu me mantivesse tranqüilo, educado, mas os senhores podem ter certeza, é por respeito aos senhores, às senhoras e a esta Casa e não pelas palavras de baixíssimo calão que ouvi no início.

Muito obrigado.

## ***Interpeladores:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Temos alguns Deputados inscritos. O prazo é de cinco minutos por questionamento e com tempo igual para ser respondido, com direito a três minutos de réplica e tréplica.

O primeiro inscrito é o Deputado Stica.

## ***Deputado Natálio Stica (PT)***

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. Deputados.

Em primeiro lugar quero, publicamente, deixar o meu reconhecimento ao trabalho do Dr. Cláudio Xavier, Secretário da Saúde. Faço isso pelo acompanhamento que faço, como Deputado Estadual da mudança que é perceptível, do trabalho que esta Secretaria vem desenvolvendo. Então, não posso aceitar os termos do eminente Promotor Público, quando diz: “a direção capenga da Secretaria da Saúde”. Não posso aceitar uma frase como essa porque tenho acompanhado o esforço que a sua equipe tem feito, Dr. Cláudio, em prol da saúde do nosso Estado.

É bem verdade que faltam, e o senhor confirma isso, e vão faltar sempre leitos de UTI em todo o Estado. Vão faltar vagas em hospitais e faltam no dia de hoje e, tenho certeza que vai terminar este mandato e não vamos sair com a situação resolvida 100%. Talvez, em nenhuma das áreas. As deficiências que temos na saúde não é mérito do Paraná. É em todo o país. O Brasil está doente. A saúde no Brasil está com problemas, haja vista a pesquisa apresentada no fim de semana sobre qual é o maior receio da população. Em primeiro lugar, é a saúde. Só depois é que vem a questão da segurança, que sabemos que também é problemática.

Quero deixar este testemunho, porque sei que V. Exa. e toda a sua equipe estão trabalhando com muito

afinco. Ponta Grossa dobrou o número de leitos de UTI. Em todos os municípios do Paraná nós tivemos a visita da Secretaria da Saúde, chegando inclusive aonde não tinha sequer um hospital ou um posto para atendimento público.

Portanto, quero dizer que o nosso papel, como agente de fiscalização do Estado do Paraná, será o que sempre fizemos; quando recebemos cobranças, as transmitimos às Secretarias que são de responsabilidade e aqui, no caso, da Secretaria da Saúde.

Quero deixar o apoio que não é meu, é da maioria dos Srs. Deputados e torcer, Sr. Presidente para que esta Casa não faça, principalmente num ano véspera de eleição, das tribunas, palco de disputa eleitoral. Que aqui tragam reivindicações que ajudem à nossa população. Se for analisar o que temos na Secretaria da Saúde, eu diria que os acertos são muito maiores que os erros que porventura acabam acontecendo.

Não posso deixar de falar também que é fundamental o papel do Ministério Público nas cobranças. Pena não existirem até 2002. Essas cobranças, começam a se intensificar, a partir de 2002, tanto na esfera federal, como aqui no nosso Estado.

Portanto, que possamos a partir de agora, levar com muita tranqüilidade, com muita responsabilidade, o nosso papel de Deputado, de legislador, e façamos o acompanhamento necessário para que o povo do Paraná tenha de fato a melhor saúde, o melhor tratamento, que é merecedor. Sr. Secretário, transmita meus parabéns para toda a sua equipe pela dedicação com que levam o trabalho na Secretaria e conte com o nosso apoio nesta Casa.

Termino dizendo que farei, nesta semana, a limpeza da caixa d'água da minha casa, e sei que todos quando fazem, fazem pensando na saúde dos familiares. Tenho certeza que muita coisa que é feito no saneamento, é feito exatamente para evitar o dano na saúde que mais tarde vai ficar caro à população e ao Estado.

Parabéns, Dr. Cláudio Xavier, conte com o nosso apoio.

## ***Deputado Nereu Moura (PMDB)***

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sr. Promotor.

Gostaria de fazer umas perguntas ao Sr. Promotor.

Esse debate é um debate palpitante, porque na verdade esta é a Casa do povo. Mas, estamos vivendo, neste Parlamento, uma situação nova, porque isso até pouco tempo atrás era impossível de acontecer: uma autoridade, um Secretário de Estado vir aqui, prestar conta do seu trabalho como o Secretário Cláudio está fazendo, questionado pelo Ministério Público.

Aqui, na verdade é o lugar do debate, da elucidação, para que as coisas aconteçam atendendo aos interesses do povo do Paraná.

Gostaria de perguntar ao ilustre Promotor de Justiça, representante do Ministério Público, desde quando ele está respondendo na comarca de Ponta Grossa?

O SR. FUAD FARAJ  
2003.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)  
O senhor está no Ministério Público?

O SR. FUAD FARAJ  
Dezembro de 2002, efetivamente trabalhando à frente da Promotoria de Defesa da Saúde Pública, a partir de fevereiro de 2003.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)  
Antes de Ponta Grossa o senhor militava em outras comarcas do Paraná?

O SR. FUAD FARAJ  
Sim.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)  
Como clínico geral, porque naturalmente o Promotor em cidades menores acaba fazendo um trabalho mais geral. Queria dizer Sr. Promotor, o que nos causa uma certa preocupação é o fato de ver V. Exa. na televisão, nos jornais, quase que todos os dias, fazendo a sua exposição de idéias e, não vejo o Ministério Público de Londrina, de Cascavel, de Umuarama, de Curitiba. Parece que os problemas estão residindo somente em Ponta Grossa. O senhor acha que seria incompetência dos seus Pares ou é zelo demais da sua parte?

O SR. FUAD FARAJ  
Olha Deputado, não saberia responder uma questão como essa. Não poderia afirmar que é incompetência dos meus colegas, até porque eu não tenho conhecimento, a fundo, do que efetivamente acontece em Cascavel, Londrina e Maringá.

Tomei conhecimento agora do número de mortes, por exemplo, que ocorre em Londrina, em Maringá, em Cascavel.

Aliás, Londrina é a região onde mais tem problemas por conta não só da questão UTI, mas também de leitos normais. Que é a informação que nos foi dada pela Dra. Maria de Fátima Santana.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)  
Então os seus colegas de Londrina estariam sendo negligentes em não fazer o estardalhaço que o senhor faz na mídia do Paraná?

Tem mais problemas que Ponta Grossa?

O SR. FUAD FARAJ  
O senhor atribui a estardalhaço o que eu faço. Não posso aceitar, na medida em que a minha Promotoria de

Justiça do Ministério Público, não detêm verbas de propaganda e publicidade, diferentemente do Governo do Estado, que por muito menos acaba gastando cerca de cem milhões de reais. E eleger como prioridade de gastos, propaganda de seu Governo.

Então, não faço estardalhaço. Quem faz estardalhaço é o seu Governo.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Mas o senhor não pode se ater a isso. Porque o Ministério Público fez vistas grossas ao volume enorme que o Governo anterior gastou em publicidade. Não vi fazer qualquer alusão a isso. se há uma irregularidade, o Ministério Público fez vistas grossas.

Então, Sr. Promotor, pergunto a V. Exas. se o senhor conhece como funciona o Sistema Único de Saúde. Se Ponta Grossa é uma ilha ou está na regulamentação do sistema estadual.

O SR. FUAD FARAJ

Quanto à questão da omissão do Ministério Público, o senhor tem razão da apontá-las.

Quem deve responder são as pessoas que se omitiram. Cabe ao Procurador Geral da Justiça processar os governadores, foi o que eu afirmei. Aliás, em 2003, quando propuz uma ação civil pública e nós constatamos a mortandade ocorrida no Pronto Socorro Municipal de Ponta Grossa, somente naquele mês de julho haviam morrido treze pessoas e naquele ano, 36. Coloquei o dado que 92 pessoas morreram em todo ano de 2002.

E naquele oportunidade, se o senhor puder resgatar as informações ditas na imprensa, falei com o ex-Governador do Estado, Sr. Jaime Lerner, para responder por improbidade administrativa por conta da ausência dos investimentos que a Constituição, através da Emenda Constitucional nº 29, determinou em saúde. Ele deveria, sim, responder pela improbidade administrativa, que teve consequência graves. A falta de investimentos em saúde, a falta do percentual estabelecido na Constituição, teve como consequência a não realização de vários investimentos como por exemplo UTI's. E a mesma acusação... na verdade, é a mesma coisa que falamos em relação ao Governador Roberto Requião. Usa-se o mesmo peso e a mesma medida para os dois governadores. Ambos devem responder por improbidade administrativa, já fiz essa sugestão ao Dr. Nilton Requião de Macedo, mas infelizmente não sou eu quem vai influir na sua vontade.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Dr. Cláudio, o Sistema Único de Saúde tem em uma regulamentação estadual?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Exato!

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Seria como se fosse uma engrenagem que funciona no Estado inteiro?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Exatamente, Deputado Nereu Moura. O que queremos frisar, é que evidente que não viemos aqui para dizer que as pessoas não morrem em Ponta Grossa ou em outra região do Estado. Viemos aqui dizer que estamos trabalhando, e estamos avançando muito nessa gestão. Nós temos localidades longínquas no Estado que ficam a quinhentos, seiscentos quilômetros da capital, 1/3 do parque de alta complexidade instalada em Curitiba, na região metropolitana. Por que é que justamente no município da Princesa dos Campos, que fica a 110 quilômetros da Capital não se consegue vaga?

Não. Nós precisamos continuar avançando. Precisamos ter hospitais regionais. Precisamos de mais leitos de UTI em Ponta Grossa. Ótimo! Vamos trabalhar com os Deputados da região, vamos falar com os hospitais de Ponta Grossa para que possamos trabalhar juntos e continuar avançando. Este é o nosso papel. Estamos aqui para atender sente sentido. Porém, não podemos pensar em Ponta Grossa isoladamente.

Eu só gostaria - para mim é uma questão importante, e eu sei que além de estar falando oficialmente em público, estou falando no plenário da Assembléia -, não se pode afirmar que foram tantos óbitos em tal município com a documentação apresentada pelo orador anterior. Apenas cancelamentos de solicitação de leitos. Muitos dos quais, porque mais de uma vez é pedido para o mesmo paciente ou porque rapidamente faleceu a pessoa que o médico solicitou.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, sei que meu tempo está se esvaindo, quero dizer ao Dr. Promotor de Justiça que nós temos admiração pelo trabalho do Ministério Público. Ele cumpre um papel preponderante na sociedade. E esta postura de V. Exa. é uma postura que nos agrada, desde que evidentemente ela seja feita para construir, para melhorar, para que possamos ter uma qualidade de vida melhor na sociedade paranaense. E rechaçamos e rejeitamos se for apenas e tão somente uma postura de publicidade, de aparência para a imprensa e para querer desgastar o Governo. Aí o Ministério Público não está cumprindo seu papel. Porém, se for exatamente no sentido contrário, V. Exa. vai ter em todos nós, Deputados, o apoio para que possa, com força, com firmeza, fazer com que as coisas aconteçam, objetivando melhorar a qualidade de vida do povo do nosso Estado.

Parabenizo o Dr. Cláudio. Conheço o seu trabalho na Secretaria da Saúde e sei que o Governo está fazendo um esforço. É evidente que precisamos avançar, na saúde, na educação. Estamos aí com os professores exigindo mais recursos no orçamento da educação. A saúde tam-

bém. O recurso é o mesmo. Tira de um lado, põe no outro. Então, temos que ter bom senso em distribuir os recursos; que levem em consideração, sobretudo, os mais profundos sentimentos do povo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca.

**Deputado Rafael Greca (PMDB)**

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Promotor, Sr. Secretário.

Quero saudar este debate porque acho da maior importância à missão institucional, tanto do Ministério Público quanto da Secretaria de Estado da Saúde.

Queria perguntar para os dois como conciliar a emergência, a urgência da administração da saúde com a compra de remédios raros, a licitação de UTI's móveis, a exigência que as descobertas da medicina, sempre haverá um remédio novo mais caro, um equipamento novo mais sofisticado e conciliar isto com a lenta burocracia da Lei nº 4666 e com as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal?

Faço esta pergunta porque o Paraná inteiro sabe, que o mesmo Ministério Público que tem uma de suas cabeças na cabeça do Promotor Fuad, tem outras cabeças que propuseram uma ação contra mil por ter aberto por emergência, o Hospital do Bairro Novo, em Curitiba, que custou metade do preço do outro hospital igual a este que há em Santo Antônio da Platina e que o Sr. Secretário agora está montando um consórcio para abri-lo, e esse hospital eu o fiz num convênio com a ONU, um convênio de emergência, exatamente porque a Maternidade Vitor do Amaral estava fechada, e as crianças estavam morrendo ao número de 25 em cada mil nascidas vivas em Curitiba, porque o hospital do traumatismo, o hospital do Portão é que estava atendendo as parturientes da parte sul da cidade.

Então, temos um Ministério Público que tem no nosso Promotor a vontade de atender a todos e temos um outro Ministério Público que me critica por ter atropelado, no interesse da saúde, alguns ritos de dispensa de licitação. Quero saber dos dois como conciliar isso, e até onde tem que ir a responsabilidade do Estado sobre a vida das pessoas, até as máquinas que mantiveram o General Franco vivo por três anos, enquanto não se queria marcar-lhe o funeral, ou tem um dia que isso termina? Quero saber isso dos dois.

O SR. FUAD FARAJ

Dr. Cláudio.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Vamos ouvir o Promotor primeiro e depois do Dr. Cláudio.



O SR. CLÁUDIO XAVIER

Eu prefiro seguir aqui as ordens da Casa, prefiro seguir o rito dos Srs. Deputados, se quiserem que eu fale primeiro.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O Presidente arbitra, para mim a opinião dos dois é importante.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A palavra está com o Secretário Cláudio Xavier, ou vice-versa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O senhor não arbitrou nada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vamos passar então a palavra ao representante do Ministério Público para que faça as considerações.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. estabelecesse, além da ordem, para que cada um use da palavra, o tempo a ser usado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O tempo está estabelecido Deputado Scarpellini, nós temos cinco minutos para questionamentos e cinco minutos para as respostas, com direito a três minutos para réplicas e tréplicas.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas nos cinco minutos para respostas, vamos ter duas pessoas respondendo a pergunta.

São cinco minutos para cada um, ou cinco minutos divididos em dois?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

São cinco minutos no total do tempo que está sendo cronometrado para que facilite o debate.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então são dois minutos e meio. Acredito que o Sr. Promotor e o Sr. Secretário não sabiam dessa divisão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No início do debate eu havia explanado a regra.

Passo a palavra ao representante do Ministério Público, Sr. Fuad Faraj.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, que descontem o tempo do aparte do Deputado Scarpellini, que é tão zeloso quanto ao cronômetro desta Casa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Quero informar ao ilustre Deputado Greca que eu não fiz aparte...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe a ordem, Deputado Scarpellini.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Promotor, por favor.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Cabe Pela Ordem, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Qual o artigo do Regimento?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O senhor tem o Regimento, leia.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Cabe a V. Exa. citar o regimento, qual o artigo?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

O senhor chame a assessoria. Ele falou que usei aparte, eu não usei. Eu estava Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe Pela Ordem Deputado Scarpellini, já foi lhe negado.

Com a palavra o Sr. Fuad Faraj.

O SR. FUAD FARAJ

Deputado Rafael Greca, a questão que V. Exa. coloca, de um certo sentido tem um matiz, um viés filosófico, principalmente essa última questão em relação a até quando que há vida, já adentra no campo da bioética. Quero falar inicialmente sobre a questão que foi colocada relativa à compatibilização de diversos diplomas legais. Lei de Responsabilidade Fiscal, lei de licitações, com a necessidade muitas vezes premente e urgente da satisfação das necessidades públicas, principalmente as realizadas através dos serviços essenciais relacionados na área da saúde e na área da vida.

Obviamente que a questão jurídica, neste caso, deve se ater no que estabelece a Constituição. Especificamente no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais.

Artigo 196 da Constituição diz: “a saúde é direito do cidadão e uma responsabilidade do Estado.” Além de ser uma garantia de responsabilidade do Estado estamos no campo dos direitos fundamentais. E esse direito serve muitas vezes, para formalismo estabelecido em determinadas leis. Às vezes formalismos inócuos, formalismos

que não vão caracterizar improbidade administrativa. E isso é muito importante estabelecer. A quebra de uma norma por um administrador público não se dá com a finalidade de praticar improbidade administrativa, de buscar prejuízo nos cofres públicos, com a finalidade de violação dos princípios da administração pública da legalidade, da moralidade, da impessoalidade. E isso tem que ser muito bem visualizado quando da aplicação da norma. Não posso, enquanto Promotor de Justiça, penalizar um administrador público que eventualmente tenha violado a Lei de Responsabilidade Administrativa, quando essa violação se deu em favor de um bem jurídico maior. E esse bem maior é a vida, é a saúde.

É obrigação do administrador público ter o chamado princípio da proporcionalidade, da razoabilidade. É assim que vejo as coisas. Entre um direito fundamental e um que não seja, o direito fundamental deve preponderar sobre todas as coisas.

O primeiro ponto que devemos considerar é se aquela ação de saúde está dentro do programa do Estado. Tudo tem que ser feito prioritariamente dentro do programa de saúde do Estado. Temos que colocar uma pirâmide, e aonde a atenção básica sempre vai ser a ação primordial e vai fechando a pirâmide até a alta complexidade.

Com relação à específica situação, três palavras resumem: bom senso, cidadania e o interesse público. Justamente os poderes públicos existem para que não aconteça desrespeito ao interesse em prol da democracia.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Aqui estão se contrapondo duas pessoas como se estivessem se digladiando, mas as duas buscam a mesma coisa. O Promotor, ao discordar do Secretário, acrescenta-lhe. E o Secretário, ao discordar do Promotor, também lhe acrescenta.

Está valendo o princípios de Santo Agostinho: “Bendito aquele que discorda de mim, porque ele me contempla, do que aquele que só concorda comigo, porque ele me pode corromper.”

Eu adoraria que o Promotor estivesse em Curitiba, porque daí eu não teria sido processado pelo Ministério Público por ter aberto o Hospital do Bairro Novo em apenas dez meses.

O que estamos assistindo aqui é um ente jurídico tentando forçar um maior dinamismo na máquina pública. Agora, tem que prevalecer o bom senso.

Quando fui Prefeito, recorro do horror que eu sentia quando os pais das crianças condenadas a transplante de medula (ou que podiam viver por transplante de medula) vinham me pedir dinheiro para aqueles medicamentos caríssimos que não podia mandar comprar pelo orçamento, mas eu não podia condenar uma criança de Curitiba à morte. Por isso, minha mulher fez o Instituto Pró-Cidadania: para ir arranjar dinheiro fora dessa maldita lei medíocre do Itamar Franco, que tem o Ministério Público como seu zeloso guardião. É uma lei cretina,

feita sobre o pânico do Collor, para ir buscar dinheiro para não matar a criança, mas também para não infringir a lei.

O que estamos vendo é que o senhor fala em atendimento básico e em atendimento geral. Quero pedir ao Promotor que considere, no atendimento básico, o saneamento, porque fiz seis postos de saúde 24 horas, cento e cinco postos de saúde 12 horas, mas o que mais salvou vidas em Curitiba foram as redes públicas de saneamento. Diminuía a clientela quando havia saneamento básico. Isso todo mundo sabe. Vão à ponta. Que os promotores e desembargadores saiam do Centro Cívico e vão nos postos de saúde, aos tribunais, pisem no barro, vão ver onde sofre o povo, porque há o mundo dos advogados, que é o mundo formal, e há o mundo dos médicos e engenheiros, onde também um dia estarão condenados a morrer os advogados, que é o mundo real.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

A Mesa gostaria de solicitar, se possível, Deputado Plauto, a formulação de todas as perguntas primeiro e depois as respostas. Se for possível, senão, vamos cronometrando da forma que estávamos.

**Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, está sendo proveitosa a possibilidade de perguntar para um e depois para outro porque vai se esclarecendo as dúvidas que foram criadas no decorrer desses últimos meses.

Antes de qualquer coisa, gostaria de agradecer ao Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Xavier, por ter vindo a esta Casa e, também, ao Promotor Fuad Faraj. Cada um coloca a sua posição, defendendo a sua ótica e a sua maneira de pensar. O Promotor Fuad Faraj, como falou o Deputado Rafael Greca, está pisando no barro lá em Ponta Grossa, no posto de saúde, no hospital, pronto-socorro, está vendo os problemas que existem.

Não adianta querer tapar o sol com a peneira, porque os problemas existem no Paraná inteiro. Não é uma questão só deste Governo, é histórico, de outros governos no passado que não investiram na saúde e, naturalmente, os problemas se acentuaram. Temos os números que mostram as mortes por falta de leitos. Isso acontece já há bastante tempo. O Governo passado, que naturalmente o Governo que o sucede tanto critica, mas quero só lembrar uma coisa: leitos de UTI, no Governo anterior, no período que ficou, passaram de 33 neonatal, para 212. Não sei quantos leitos de UTI neonatal têm hoje.

Uma outra questão com relação aos leitos de UTI pediátrica, que é para criança de um a dez anos de idade. Parece que na nossa região, só em Irati existem esses lei-

tos, não tenho certeza. Faça-lhe essas perguntas e o senhor, que está com a sua assessoria, pode nos ajudar a esclarecer.

Sei que lá nos Campos Gerais morreram crianças por falta de leitos, porque não existem leitos pediátricos. Então, se as informações puderem nos ser passadas, poderemos esclarecer toda essa situação.

O senhor fala que 2003, 2004 e até agora 2005, o Governo do Estado, que herdou 782 leitos de UTI, conseguiu elevar para 1051. Pelas informações que li nos jornais, parece-me que na Gazeta do Povo, os níveis - de acordo com aquilo que exigem e mostram as estatísticas e que cobra o Ministério da Saúde - teríamos que ter perto de 1500 leitos de UTI, de acordo com a sua população.

Então, só vai se resolver se tivermos investimentos pesados. Depende de investimentos do Estado, depende de um trabalho a ser feito lá em Brasília, no Ministério da Saúde, para poder credenciar os leitos, e tudo isto custa dinheiro!

Temos a necessidade de ver o Governo priorizando a saúde, porque continuam morrendo pessoas por falta de leitos de UTI na cidade e na região dos Campos Gerais. As outras regiões não me permito falar porque não conheço os números. Moro em Ponta Grossa, conheço médicos, donos de hospitais, conheço toda a estrutura da saúde. Conheço o Pronto Socorro Municipal que hoje é administrado por um Prefeito aliado nosso, que sai a informação de que muitas pessoas ficam esperando horas para serem internadas. É o sistema que está aí. Que as pessoas são transportadas de uma cidade para outra onde os leitos ficam vagos. Se é certo ou não, é o Secretário da Saúde, o Governo do Estado que devem dizer.

Uma outra questão também, Sr. Secretário, é que no ano de 2004 o Governo não investiu os 12% que a Constituição Federal determina, na saúde. De acordo com a auditoria que foi feita pelo Ministério da Saúde, foi investido 9.21%. E ainda questionam que uma parte desses investimentos que colocaram como gastos em saúde, acabou sendo utilizado em outras áreas, saneamento básico que se coloca como um gasto direto na saúde. E outras questões, outras áreas, que foram investidos recursos e que, de acordo com auditoria do Ministério da Saúde, o Estado não gastou os números que deveria, de acordo com a Constituição Federal.

Uma outra pergunta, para ficar oficial, quantos leitos de UTI realmente funcionam na cidade de Ponta Grossa? Porque a informação que o senhor passou é que a herança do outro Governo foi de dezoito leitos. Que conseguiu se atingir 36. Daí, dez que estavam no Hospital Cidade foram transferidos - não sei se está funcionando - para o município de Castro. Então, 36 menos dez, dá 26. Só para esclarecer exatamente quantos leitos funcionam, porque a imprensa de Ponta Grossa, em especial, tem anunciado bastante que a cidade terá, dentro em breve, quase cem leitos de UTI para atender à população.

Deus queira que o Secretário e o Governo do Estado consigam implantar esses leitos, porque acredito

que o problema estará solucionado e resolvido. Não queremos ver mais mortes na fila de espera, que vai até de uma hora, como vi dia desses, uma pessoa em Imbituva, que ficou oito dias esperando para ser internada.

São essas as perguntas.

#### O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para que se faça justiça, vamos fazer de forma intercalada, começando agora pelo Secretário Cláudio Xavier.

#### O SR. CLÁUDIO XAVIER

Sr. Deputado Plauto Miró. Alguns dados poderíamos passar para o senhor e acredito que para que não fiquemos sem documentação numa troca de números, devesse ficar o compromisso da Secretaria que remetesse ao seu gabinete e fica isso registrado oficialmente. Pedir-lhe-ia um prazo mínimo, que dentro de uma razoabilidade, de uma ou duas semanas, tenhamos todos esses dados.

Tenho, por exemplo, que conseguimos aumentar os leitos neonatais nessa gestão para 34 leitos. Só que partimos de um número diferente do que V. Exa. tem. Acho que isso é facilmente comprovado. Quando falo facilmente comprovado, temos hoje a satisfação de registrar que todos esses números da Secretaria da Saúde não são mais registrados em uma empresa particular e sim na Celepar, que não é da Secretaria de Estado da Saúde, mas é de todo o Estado do Paraná.

Em relação à necessidade de continuarmos avançando, não tenho a menor dúvida e especialmente em Ponta Grossa não creio que rapidamente tenhamos cem leitos de UTI. Porém, tenho a certeza - e isso não em uma decisão exclusivamente minha, mas dos senhores que aprovam esse Hospital Regional e do município de Ponta Grossa - que quando tivermos o Hospital Regional, que será construído junto ao campus universitário, com toda a estrutura, poderemos chegar a esse número talvez em médio prazo. O número que temos, sim, é de dezoito leitos como ponto de partida e hoje 36 leitos, fora os leitos do Hospital Cidade, que infelizmente não conseguimos que eles fossem mantidos. Esses leitos estão sendo transferidos para Castro e esperamos que consigamos funcionar em um prazo de poucos meses.

Uma UTI, temos que pensar em torno de dez leitos. Por quê? Porque não há viabilidade de se manter uma equipe para UTI com dois ou três leitos. Ela é insustentável!

Uma UTI custa em torno de sessenta ou setenta mil para montar um leito e o que vem de repasse para o custeio, fora os procedimentos de cirurgias e medicamentos mais raros, são em torno de seus mil reais por mês - em torno de duzentos reais uma diária por leito, fora os procedimentos. Não tem como manter um cirurgião, o anestesista, o intensivista, para dois ou três leitos. Por isso, sempre temos que tentar, no mínimo, ter dez leitos em uma UTI.

E na pediatria, Deputado, a sua observação é pertinente. Como pediatra, digo-lhe que temos uma dificuldade muito grande na formação. Só vamos poder desatar esse nó em uma ação entre o Ministério, a Secretaria, junto com as Universidades, com a Escola de Saúde Pública, para que tenhamos profissionais especializados, senão não tem como funcionar. Precisamos de mais leitos, sim, e há tempo que anunciamos que qualquer leito disponível, possibilidade de leito de UTI neonatal ou pediátrica, o Estado se compromete a custear, mesmo antes de haver o credenciamento em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está com a palavra o Sr. Fuad Faraj.

O SR. FUAD FARAJ

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dado relevante que foi falado pelo Secretário Estadual da Saúde diz respeito ao número de UTI's em 2000 e 2002 - e ele citou o número de 782 leitos. Tenho em minhas mãos uma informação que é do Datasus, que fala sobre a rede hospitalar do SUS no Estado do Paraná e tenho a série histórica desde abril de 1992 - lamentavelmente não pude pegar os anos anteriores, as informações dizem respeito a abril de 92 e seguintes.

Em abril de 1992, o Paraná tinha 537 leitos de UTI. É uma informação relevante para os Srs. e Sras. Deputados.

Dezembro de 1994: 585. De 537, pulou para 585, na gestão que antecedeu o Governo anterior. Dezembro de 1998: pulou para 649. E em dezembro de 2002, pulou para 750. Outro detalhe que faço um reparo, é que esses são os leitos do Sistema Único de Saúde. Uma outra coisa que é interessante reparar, um mérito muito grande cabe ao Governo Federal no credenciamento de leitos, afinal é responsabilidade do Governo Federal, da atual administração, e em todo o Brasil foram mais de dois mil leitos credenciados pelo Ministério da Saúde. Então, esse mérito é deles. E aqui no Paraná, duzentos e poucos leitos importou em um acréscimo do teto financeiro. Veio mais dinheiro do Governo Federal para cá.

Faço um reparo também ao Sr. Secretário Estadual da Saúde sobre os trinta e quarenta minutos dos ofícios que dizem respeito à solicitação de leitos à central de regulação e à central de leitos também. Vou citar um exemplo, mas vou omitir o nome: "Sra. Coordenadora, através do presente, requisito a V. Sa. a transferência da paciente 'tal', internada no Hospital Cidade, município de Ponta Grossa, a qual já conseguiu vaga em outro hospital de Telêmaco Borba, no entanto não consegue ambulância para locomovê-la. Requisito que nos sejam prestadas informações no prazo de quarenta minutos, contados a partir do recebimento desta".

Paciente que está precisando de UTI, todas as requisições foram trinta, quarenta minutos, pelo menos as informações que viessem nesse prazo. Então, fizemos questão de salvaguardar a vida dos pacientes que estavam

aguardando leitos de UTI, pedindo agilidade à coordenação da regulação e à central de leitos.

Concluindo, acho extremamente necessário, e o Governo atual está cometendo o mesmo pecado do Governo anterior. E é um pecado grave e que diz respeito ao não-cumprimento da Emenda Constitucional 29, e é isso que estamos debatendo. A Emenda Constitucional 29, que eu defendo, que não necessita de regulamentação, afinal de contas não adianta tentar me convencer que capela mortuária é gasto em saúde, está lá! Colocaram como gasto em saúde! Capela mortuária, pavimentação asfáltica. Então, o mesmo pecado do Governo anterior está sendo cometido neste Governo. Espero que isso seja, evidentemente, corrigido. E é essa a nossa briga, afinal de contas, e é para isso que apontamos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Promotor.

Tenho alguns questionamentos a fazer, tanto ao Secretário da Saúde como ao ilustre representante do Ministério Público, Dr. Faraj. Tenho cinco minutos para fazer os dois questionamentos.

Gostaria de não ter que falar sobre o artigo 140 - se não me falha a memória - do Regimento Interno, porque V. Exa. foi exigente no uso da minha palavra anteriormente, mas para responder também àquela questão ao Deputado Rafael Greca de Macedo, porque eu não estava apartando nem o Deputado, nem o Promotor, e nem o Sr. Secretário da Saúde. Apenas havia usado da palavra em um direito que tenho pelo Regimento, por ter sido citado. E gostaria de perguntar ao Sr. Promotor sobre a questão do programa que V. Exa. criou na cidade de Ponta Grossa, na sua jurisdição, portanto, chamado Plantão da Vida?

E ao Sr. Secretário de Estado, para que nos responda sobre a questão da cidade de Apucarana, do Hospital da Providência, que foi encaminhado ao Vice-Governador Orlando Pessuti, por este Deputado, pelo Deputado Miltinho Pupio, que no momento não se encontra na Casa. Há muito anos encaminhei um pedido de liberação de verba para um centro cirúrgico e encaminhei também uma questão da quimioterapia e não tive resposta nenhuma. Se este tratamento que o senhor dá ao Deputado Scarpellini é porque eu sou Oposição, e este tratamento ao Hospital da Providência, em Apucarana, também, o Prefeito é da Situação, mas o prejudicado é o povo que o senhor deixou de atender quando não liberou e quando está retardando a liberação deste pedido do Deputado que é da sustentação da Base de Governo desta

Casa e que durante mais de dois anos vem pedindo a liberação?

Sr. Presidente, gostaria de pedir ao Sr. Secretário que no momento em que eu estiver me dirigindo a ele eu tenha a sua atenção. Sr. Presidente, o senhor está me ouvindo?

(Assentimento).

Sr. Secretário, o senhor está me ouvindo?

(Assentimento).

Então, a capacidade de falar com os outros e ouvir é grande, eu admiro pessoas assim!

Voltando ao questionamento do Deputado Greca, ele encerrou dizendo que foi condenado porque teve um problema com a liberação de um convênio com a ONU. Primeiro: o convênio não era com a ONU; era com a entidade Saza Lattes, em Curitiba. Ninguém está sendo processado por construir hospital, está sendo processado por ter cometido alguma irregularidade na construção do hospital. Isso nós temos que deixar bem claro! Ele terminou dizendo que estava no mundo real, que outros estavam no mundo formal. Quero só acrescentar, a pergunta está feita ao Sr. Promotor e ao Sr. Secretário já, como eu tenho ainda 23 segundos, quero dizer ao Deputado Greca: tem o mundo real, o mundo formal e o mundo da nau!

#### O SR. FUAD FARAJ

A Plantão da Vida é um projeto nosso, estabelecido em Ponta Grossa, que visa fazer o acompanhamento de todo e qualquer doente, dentro da cidade, que necessita de transferência para outro hospital.

Tem o tal de Pronto Socorro Municipal, na verdade se trata de um portal da morte. As pessoas vão lá, é um hospital de baixa resolutividade, as pessoas ficam aguardando transferência para outros hospitais. Passam dias esperando, e não é só vaga de UTI não, temos nos preocupado com outros doentes que precisam de vagas, cirúrgicas ou clínicas.

Estabelecemos esse plantão da vida de modo que o hospital pode me acessar 24 horas, eles têm o meu celular, seja de dia ou de noite, para informar de todo e qualquer doente que entre lá e tentamos, com essas informações, conseguir, junto à Central de Leitos, à Central de Ambulação, vagas e a transferência imediata desses doentes.

Na verdade, visa auxiliar. Esse trabalho foi instituído com esta finalidade; o trabalho realizado pela central de leitos e pela central de ambulação. Não substituir essas centrais, não sobrepô-las, mas sim, auxiliar e buscar que o paciente, com necessidade de ser transferido para um hospital que lhe dê atendimento adequado, seja transferido o mais imediatamente possível.

Isso nós fizemos. No começo com bons resultados, posteriormente tive um problema de saúde e acabamos interrompendo, não indo mais fazer as visitas aos hospitais onde às vezes madrugava, às vezes ia no sábado e no domingo, enfim era um projeto bom, um programa bom. E dessa experiência resultaram várias coisas e o conheci-

mento de outras tantas. Primeiro, que a central de leitos não funcionava 24 e nós fizemos essa recomendação à Secretaria de Estado da Saúde. Segundo, a base de UTI móvel, extremamente importante. Terceiro, a questão de se realizar o censo diário, não só nos leitos de UTI, mas em todos os leitos: os clínicos nos hospitais, situação que gerou uma certa controvérsia e um mal-estar com a 3ª Regional de Saúde, mas posteriormente, superado na medida em que nós informamos à chefe da 3ª Regional, qual era o objetivo. E era de saber, como o censo diário, se estava havendo, por parte dos hospitais, alguma sonegação de leitos. Enfim, essa Central da Vida é que me toma 24 horas por dia.

#### O SR. CLÁUDIO XAVIER

Primeiro, gostaria de tomar a liberdade e fazer uma correção daquilo que foi tentado corrigir, mas acabou sendo distorcido. Se nós consideramos números de leitos pela Data-SUS, nós vamos ganhar dezenas de leitos para o Paraná, só que, leitos que não funcionam mais há anos. O que estamos efetivamente trazendo, e isso tudo pode ser comprovado, são os leitos em funcionamento.

Em relação ao questionamento e à colocação de S. Exa., o Deputado Scarpellini, não há a menor dificuldade de nenhum tipo de entendimento ou de conversa com o senhor, muito pelo contrário. A nossa intenção é de avançar na região que o senhor trabalha, independente da sua posição política nesta Casa. Em relação ao seu comentário, de capacidades minhas, tenho algumas, mas tenho limitações. Tenho a capacidade de, pela primeira vez, levar uma ajuda do Governo do Estado à região de Apucarana, em que os municípios de menos de cem mil habitantes, recebem pela primeira vez, o custeio do Programa de Saúde da Família. O Governo do Estado paga a conta, pela primeira vez, na região de Apucarana. Também tenho a capacidade de levar, pela primeira vez, 360 mil por ano, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da região de Apucarana para ajudar aos municípios da região, nas consultas especializadas e nos exames complementares. Tenho a capacidade de levar aparelhos de gestação de alto risco para os dois hospitais da cidade e uma ampola de tomógrafo.

Tive a capacidade de, pela primeira vez, o Governo do Estado, além do repasse do SUS, dar uma verba de 750 mil reais extras para o hospital, para melhor o atendimento para toda a região. Porém, tenho uma incapacidade, nós não conseguimos ainda, a aprovação de Brasília, por conta da mudança ministerial que houve, da Portaria de Oncologia que nacionalmente não foi ainda divulgada, mas o senhor pode ter certeza que nós vamos trabalhar e darmos notícias assim que nós consigamos esse credenciamento, não só ao nosso Vice-Governador mas ao senhor também.

#### O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, quanto tempo tenho?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

São três minutos, Sr. Presidente. Foram dados aos outros. Eu também peço que seja dado à minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir e tem direito à réplica e tréplica a V. Exa. não usou seu tempo de cinco.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Com relação ao que o Promotor colocou, ao seu programa Plantão da Vida, quero dizer que se existe algum tipo de negligência nas cidades de Londrina, Apucarana ou Maringá, é problema das promotorias de lá. Se a pessoa está no seu exercício livre e alguém entende que não deve exercitar, porque nos outros lugares não fazem, como é que vai ficar então um jogo de futebol em que de onze jogadores um só marca o gol e os outros não marcam? Aquele que marcou vai ser crucificado por ter marcado?

Eu parablenizo V. Exa. pela sua posição com relação às ações de saúde que vem praticando e quero dizer sobre a capacidade do Sr. Secretário da Saúde, porque se tudo isso que o senhor colocou realmente for levado à prática, nós já não podemos receber o dinheiro dos municípios com menos de cem mil habitantes, que o senhor está levando para Apucarana. É isso? Então, tecnicamente tem algum erro, porque Apucarana já está com 110 mil habitantes. O senhor está incorrendo em crime de responsabilidade em dotar verba que é para municípios inferior a cem mil habitantes.

Porque lá, a prática e a seguinte: quando interessa ao Prefeito colocar que tem 110 mil habitantes, e ele coloca, para receber um tipo de verba; quando é para colocar para receber outro tipo de verba, ele diz que Apucarana tem 98 mil habitantes.

É necessário alertá-lo sobre isso. Dizer que o Consórcio Intermunicipal de Saúde também não é coisa criada na sua gestão. Não é prática nova. Talvez tenha um nome novo agora, mas não é prática nova. E que nós temos, ao longo desse período, conversando com o Deputado Milton Pupio e ele também não tem tido respostas de V. Exa., com relação ao pedido do Hospital da Providência. O Dr. Gilberto ficou de me dar uma resposta, uma posição mas, depois, sumiram todos.

Então, se o senhor tem tanta capacidade, entre aspas, conforme o senhor vem colocando, é um auto elogio, o Erasmo de Rotterdam, que estamos plagiando aqui, ou criando uma expectativa com relação à capacidade. As questões de saúde realmente em pequenos municípios do Paraná, ainda não melhoraram com as posições da capacidade que V. Exa. diz ter.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Pela ordem, Deputado Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Requeiro a V. Exa. que suspenda a Sessão, porque o autor do requerimento de convocação do Secretário e do Promotor, há mais de meia hora encontra-se ausente, quando está se discutindo coisas sérias da saúde.

Acho que é uma falta de respeito às pessoas que aqui vieram o abandono, e ficarmos discutindo e o autor abandonar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Pela Ordem, Deputado Scarpellini. O seu tempo também já se esgotou.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu não tinha usado o meu tempo ainda. Foi dada a palavra ao Deputado Anibelli.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não. Já estava esgotado o seu tempo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Se esta Presidência estiver presidindo de forma errada, que V. Exa. cite o Regimento, senão, não tem Pela Ordem.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Olha, eu prefiro até não ter que, novamente, discutir essa questão com V. Exa. Espero que o senhor me dê só os trinta segundos que me faltam.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Scarpellini, como prova que esta Presidência tem conduzido de forma correta, o Secretário tem três minutos para réplica, também como o senhor utilizou, e V. Exa. poderá ainda usar três minutos para tréplica.

Com a palavra o Secretário Cláudio Xavier.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Quando falei em minhas capacidades, usei a seguinte frase: Minhas capacidades e as minhas limitações.

Em momento algum eu disse que criei o Consórcio Intermunicipal de Saúde e, sim, que a primeira vez que recebe uma verba fixa extra do Estado, foi nesta gestão.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Estamos aqui com a presença do Secretário e do Procurador. Tem questões, Sr. Presidente, que não temos que nos reportar ao Promotor. O Promotor veio aqui, na verdade, falar sobre as questões de Ponta Grossa. Eu, por exemplo, não represento a região de Ponta Grossa, represento outras regiões. Gostaria que essa Sessão fosse con-

duzida de uma forma que o Promotor desse todos os esclarecimentos das medidas que ele tem tomado na região de Ponta Grossa e depois nós tivéssemos a oportunidade de nos dirigir ao Secretário para colocarmos alguns questionamentos ou dúvidas que temos de outras regiões. Porque há regiões que o Promotor não tem conhecimento, não tem obrigação de ter conhecimento e não está inteirado dos problemas que nós colocaremos. Esta forma de ping-pong vem esclarecer a questão de Ponta Grossa.

Agora, as questões de outras regiões, não. É obrigação dele ter conhecimento. Gostaríamos que fosse esgotada a questão de Ponta Grossa e depois nós tivéssemos a oportunidade de conversarmos com o ilustre Secretário, das nossas regiões.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Deputado Valdir Rossoni.

No início da Sessão foi dado tempo necessário ao Secretário e ao Promotor para fazerem as considerações e explanar o assunto em linhas gerais. E depois o Presidente Hermas Brandão abriu a inscrição. Quando assumi a Mesa já havia inscrição, e estamos atendendo agora só as inscrições. Conforme o Regimento prevê, no Artigo 98/99, nós estamos dando cinco minutos a cada Deputado, com mais cinco com o mesmo tempo de direito de resposta. E o Parlamentar pode se direcionar. Como houve um acordo no início que tanto o Ministério Público como o Secretário estariam dispostos a responder, foi firmado esse acordo.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)**

É isso mesmo que me refiro se tenho um questionamento ao Promotor ou ao Secretário. Mas, não há necessidade dos dois. Até o momento em que estou acompanhando a Sessão os dois estão falando sobre o mesmo assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Acho que o senhor está coberto de razão. Tanto é que alguns questionamentos foram diretos para o Secretário e a Mesa não está conduzindo dessa forma, conforme o questionamento do Parlamentar. Para concluir, a palavra estava com o Deputado José Domingos ScarPELLini, nos três minutos de réplica.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Foi-me dado três minutos. O ilustre Secretário de Estado da Saúde usou menos de quinze segundos para dizer que não é ele o criador do Projeto e do Programa do Consórcio de Saúde lá da região. Mas não falou sobre o Hospital da Providência que eles não liberam o dinheiro. Não repassam aquilo que seria uma coisa justa, equilibrada. Não vou eu ficar usando desse meu tempo. Só quero levar a público que realmente o hospital que seria o Hospital Regional é a antiga Santa Casa de Apucarana e

que muita gente tem morrido por lá, graças à falta de ação da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná. Dr. Gilberto ficou de dar algumas posições logo no começo do ano à minha pessoa, mas, não tive resposta. O Deputado Miltnho Pupio, não sei, não posso falar por V. Exa., mas me parece que também aconteceu a mesma coisa. Ou estou faltando com a verdade, Deputado?

**O SR. MILTINHO PUPPIO (PP)**

Na verdade, Deputado ScarPELLini, fizemos algumas indagações e não tivemos nenhuma resposta. Na semana passada conversamos com o Dr. Gilberto, que ficou de nos dar algumas informações.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Eu entendo muito bem falta de tempo, já se passaram só dois anos e pouco entre o pedido dele e o meu. Mas, se tudo der certo, os discursos na reeleição irão construir vários hospitais pelo Paraná afora. E aí, certamente a população passará gratuitamente pelos postos de pedágios. Em caso de acidentes, será atendidos nos prontos-socorros que estarão espalhados. Os hospitais regionais, as suas ambulâncias, UTI's, médicos sobrando, medicamentos para todos. É um belíssimo programa para a televisão.

Portanto, fico agradecido. Sr. Presidente, ainda faltam vinte e poucos segundos, mas abro mão deles a favor do Deputado seguinte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Sr. Presidente. Quero cumprimentar o representante do Ministério Público, o Secretário Cláudio Xavier, e ao cumprimentá-lo, Sr. Secretário, também dizer que me parece que hoje nós reparamos um equívoco que estava sendo cometido já há algum tempo, quando se dá conta que dos investimentos previstos de cerca de 1 bilhão de reais em saúde no Paraná, 500 milhões, pelos menos, são oriundos do Governo Federal. Ou seja, não há um investimento global no Estado do Paraná de 1 bilhão de reais e sim de 500, sendo 500 milhões do Governo Federal. Parece que se faz justiça com o Governo Federal, porque a propaganda, da forma como havia sido feita, dá a impressão de ser um recurso exclusivamente do Estado. Obviamente isto corrigido, eu lhe cumprimento justamente por ter sido no início da sua intervenção esta correção. Isto nos traz um outro panorama.

Dito isto, Sr. Secretário, a preocupação que eu gostaria de externar e gostaria da sua opinião, é com relação - o senhor é da área de saúde, eu não sou - ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, uma emenda que ainda está para ser regulamentada, há debates, mas que

todas as conferências estaduais, e que vai ser novamente referendada agora em Foz do Iguaçu, a conferência nacional, todas as portarias ministeriais dizem claramente aquilo que pode, e aquilo que não pode ser gasto em saúde.

Nós temos uma divergência no orçamento do Estado do Paraná, quando ele veio para cá, já no ano de 2003, para ser executado em 2004, com relação ao saneamento, leite das crianças e outras atividades. Mas, isto me parece que é pacífico de solução. O que me preocupa, Secretário, e gostaria do seu comentário a respeito, temos uma auditoria do Ministério da Saúde que aponta, no ano de 2003, um gasto de 6% e não 12% na área de saúde. No ano de 2004 nos estudos preliminares, de 5,6%, se estiver correto. Se eu não estiver correto, gostaria que o senhor me corrigisse.

E no ano de 2005, pelos estudos feitos pelo economista da liderança da Bancada, teríamos feito um gasto, no primeiro trimestre, de menos de 3% do valor pretendido. Este é o primeiro ponto que gostaria que o senhor comentasse.

O segundo, diz respeito a gastos que são feitos, que no meu entendimento não estão dentro daquilo preconizado pela Emenda Constitucional 29, ou seja, sistema fechado, como é o SAS, Polícia Militar e outros tipos de atividades, neste âmbito, entendo que não podem ser objeto de gasto com o SUS, com o Sistema Único de Saúde Universal.

Então, quando fazemos esse tipo de gastos, quando fazemos os gastos ainda que justificados, pela profilaxia, do ponto de vista mais amplo, e temos poços artesianos, esterqueiras; como a Secretaria da Saúde se posiciona a respeito desta situação?

Gostaria que o senhor nos respondesse e se possível, depois, na seqüência, que nós pudéssemos confrontar os números.

Muito obrigado.

#### O SR. CLÁUDIO XAVIER

O comentário não pode deixar de ser outro. Acho que cabe ao gestor estadual a melhor versação dos recursos públicos e que se saiba o que está fazendo. Eu acho que hoje temos claramente um plano de saúde do Estado que vai desde a atenção básica até os hospitais estratégicos, até os hospitais regionais.

Em relação à verba do recurso, o Paraná não é a ovelha negra nacional e fica aqui uma colocação muito clara para os senhores que representam o povo do Paraná: o Paraná, sem dúvida, tem um dos melhores sistemas de Saúde Pública do Brasil. O paranaense tem do que se orgulhar.

No momento, não há nada que o Paraná coloque que seja diferente dos seus Pares, dos seus estados. Porém, a qualquer momento que haja a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que seja preciso o Paraná fazer alguma adaptação, tenho certeza que será feito, e nós iremos trabalhar sempre para a melhor utilização dos

recursos públicos; não devemos discutir alguns questionamento que não dizem respeito à Secretaria da Saúde e sim, a uma política de Governo. Mas, entendemos, sim, que especificamente no caso do saneamento, podemos considerar como prevenção.

#### O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Secretário, creio que nós, ainda que temos divergência com relação ao saneamento, mas é possível, como falei no início, ter convergência com relação a isso. O que me parece que não há convergência é que se tenha gasto 5% dos 12. Acredito que, não sei se o senhor não quis se manifestar, mas que não tenha sido gasto os 12% no ano de 2003, que não tenha sido gasto o percentual no ano de 2004, que nós tenhamos um gasto apontado, por isso que eu falei para o senhor que se for possível gostaríamos de confrontar esses números, de 1,1% no primeiro semestre, entendendo que é possível que se gaste no segundo semestre o restante, embora entendamos que seja difícil; mas o principal, Secretário, é que eu, e aí estou falando em meu nome particular, enquanto Deputado, não entendo como que nós, enquanto usuários do SUS por exemplo, podemos usufruir do SAS, como que nós, enquanto que usuários do SUS, qualquer usuário do SUS, falo bastante tranquilo porque hoje tive um problema específico de saúde, rápido de ser resolvido: - levei minha filha no pronto socorro, por não ter plano de saúde, paguei, como qualquer cidadão paga, ou teria que usar o SUS, mas eu não poderia levá-la ao Hospital da Polícia Militar, não poderia usar, como eu falei, o SAS.

Então, esse gasto que é feito, no meu entendimento é feito de maneira errada, e caberia inclusive ao Ministério Público, independentemente, o senhor me conhece um pouco, sabe que falo isso independente de Governo. Acho que os governos, os Deputados, o Governador, os Secretários, todos nós vamos passar; agora, há que se ter uma política permanente, e essa política, feita por nós ou não, ela tem um diploma legal, e esse diploma, ainda que possamos ter convergência quanto ao uso desses recursos no saneamento, ou no leite, acho que nós podemos fazer um debate, mas não podemos, em momento algum, ter convergência quando se faz recapeamento asfáltico, e diz que isso é saúde. Porque a Prefeitura de Curitiba, Secretário, para concluir, usava por exemplo, na gestão do Prefeito Cássio Taniguchi, fazer as pinturas em frente às escolas e usava esses recursos como educação, porque dizia que dava segurança para os alunos. Ora, é claro, aí a poluição é saúde, a poluição é educação, tudo está interligado. Mas há um diploma legal que nos proíbe de fazer algumas coisas.

E o senhor, obviamente como médico, tem conhecimento bastante amplo e sabe que no serviço público é diferente do serviço privado; pode fazer tudo aquilo que não está proibido, e que é permitido, e a Emenda Constitucional 29, ainda que nós tenhamos divergência quanto à sua regulamentação, espero que seja regulamentada o mais rápido possível, mas não permite determinados



usos, e muito menos percentuais ao bel prazer da política de governo, em nome deste ou daquele interesse.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem três minutos para réplica.

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uma pena que o Dr. Fuad esteja dando uma entrevista e que neste momento, não possa ouvir o que eu vou dizer aqui. O pronunciamento do Dr. Fuad, nesta tarde, já com eficiência das notas taquigráficas desta Casa, diz o seguinte: “Não posso, enquanto Promotor da Justiça, penalizar um administrador público que eventualmente tenha violado a lei de responsabilidade administrativa, quando essa violação se deu em favor de um bem jurídico maior, e esse bem maior é a vida e é a saúde”.

O Ministério Público de Ponta Grossa, o mesmo Ministério que o Promotor Fuad representa hoje, fez uma ação na Justiça, porque eu mandei cem mil reais para a Santa Casa, para salvar vidas. O nosso ilustre Promotor, Dr. Fuad, está me dando uma “carta de alforria” - como nos velhos tempos da escravidão - e está dizendo que não cometi nenhum crime. Quem está dizendo é o Promotor, de acordo com as notas taquigráficas desta Casa. E isso, vindo do Ministério Público, Sr. Presidente, Srs. Deputados, posso até perder a ação em Brasília, mas já ganhei aqui, na figura do Promotor tão polêmico e tão lutador, que é o Dr. Fuad. Uma pena que a Rede Globo não possa mostrar isso em rede estadual hoje - quem sabe mostre ainda, porque está gravando.

Também, quero usar as palavras do Deputado Plauto Miró Guimarães, autor da vinda do Promotor e do Dr. Cláudio, nesta tarde. Disse o Deputado Plauto: “Outros governos não investiram na saúde e os problemas se sucederam”. Palavras do Deputado Plauto! E disse mais: “V. Exa. não está cumprindo o que determina a lei. O Governo Requião não cumpriu o que determina a Constituição, de aplicar o que deveria aplicar no que se refere à saúde no Estado do Paraná.”

Concordo plenamente, em etapas. Mas, volta-me à memória, e eu não estava nesta Casa. Mas o Governo anterior também não cumpriu o constitucional e V. Exa. votou a favor das contas do então Governador Jaime Lerner. Eu não, porque não estava aqui. O Ministério Público, na pessoa do Dr. Fuad, quando faz o seu pronunciamento e cria esse atrito entre Ministério Público e o Governo do Estado, e que às vezes se acirra, porque o Governador tem um jeito de ser e o Promotor um jeito parecido, as divergências ocorrem, mas nós temos que admitir, Dr. Fuad, que em Ponta Grossa algumas coisas já melhoraram - o senhor já tem dito isso para mim, que algumas coisas evoluíram ao longo desses três anos do atual Governo. Senão vejamos: quatro milhões aplicados

nas reformas do Hospital Pronto-Socorro e Hospital Cidade, que exatamente vai ter aquilo que o Deputado Plauto cobrou, que nunca existiu em Ponta Grossa: leitos de UTI's pediátricas - estão autorizadas a serem colocadas em Ponta Grossa, o Prefeito Pedro Vosgrau Filho pediu e o Governo atendeu; quinze milhões no Hospital Regional, que a obra está sendo licitada; o Samu já está funcionando, com recursos também do Estado e do Governo Federal e do Município também; novas UTI's para o Siate, já estão funcionando; cem mil para a Santa Casa; dobrou de dezesseis para trinta e seis os leitos de UTI, sendo que tinha mais dez do Hospital Cidade, que fechou por uma questão técnica.

O Deputado Plauto questionou o Secretário Cláudio Xavier: será que vamos chegar a noventa leitos de UTI em Ponta Grossa? E o Secretário disse que poderá chegar e vou dizer mais: a Santa Casa já está iniciando os trabalhos e vai colocar mais quatorze leitos de UTI em noventa dias. Estão autorizando mais quatorze leitos, sendo quatro neonatal e dez leitos normais. As UTI's pediátricas estão autorizadas, dependendo dessas reformas que o Estado está pagando no hospital.

Dia 30, Castro, que nunca teve um leito de UTI, vai inaugurar nove leitos. Nunca teve!

Em menos de noventa dias vamos chegar a 69 leitos de UTI, para quem tinha dezesseis, o Hospital Bom Jesus, tão reivindicado pelo Dr. Fuad, está aguardando a colocação de mais dez leitos. O Hospital Evangélico solicitou dez leitos neonatal. Aí sim vamos chegar aos noventa leitos de UTI, sem contar com os trinta que estão previstos no novo hospital regional. Pois vai ter uma ala só de UTI.

Vamos chegar a noventa leitos, sim! Para quem tinha dezesseis! As coisas estão melhorando, sim! O que faltou foi fazer no passado o que está se fazendo hoje. Não estaríamos num paraíso, mas estaríamos melhor, quem sabe.

Quando o Dr. Fuad cobra, pensa-se que é uma ofensa, porque lá no passado não se cobrou. Fui Prefeito de Ponta Grossa e digo: não recebi nenhum leito de UTI em quatro anos. E as unidades do Siate que foram para Ponta Grossa estavam quebradas e a Prefeitura teve que comprar os equipamentos. O Djalma era Deputado Federal na época e arrumou dez leitos de UTI para Ponta Grossa. E nenhum deles foi credenciado pelo Governo do Estado. A Prefeitura se obrigou a manter os leitos com recursos próprios.

Não estou querendo atacar o governo anterior. Estou apenas querendo mostrar que, se a saúde tivesse sido cuidada no passado, com mais responsabilidade, hoje não estaríamos nessa guerra.

É salutar essa discussão, pois estamos melhorando. Em Telêmaco Borba as UTI's iriam fechar. Aí falamos com o Dr. Cláudio, com o Dr. Gilberto, com o próprio Governador Roberto Requião por telefone, e o Estado aportou mais de 60 mil reais por mês e retroativo, para

que não fossem fechadas. Sendo que a maior demanda é pelo SUS.

Quero dizer que as coisas estão melhorando na nossa região. Não posso dizer de outras regiões, porque não as represento. Represento a região dos Campos Gerais. Estou vendo a evolução.

É claro que não se pode resolver tudo do dia para noite. Quem já foi administrador público sabe disso. Não se consegue resolver algo que ficou oito anos parado, mas a boa vontade do Governo está sendo registrada.

Tenho certeza que com o trabalho do Dr. Cláudio e da sua equipe, iremos avançar bastante com o Hospital de Castro, de Ipiranga que vai receber recursos, de Carambeí que vamos reabrir.

E para finalizar, vou comparar em ambulâncias. Enquanto Prefeito de Ponta Grossa não foi uma ambulância para lá. No atual Governo já foram três.

Dr. Fuad, o senhor tem sido um lutador pela saúde.

Pergunto a V. Exa: o senhor entende que a saúde, ao longo desses dois últimos anos, em Ponta Grossa, melhorou ou piorou em relação ao que estava?

O SR. FIAD FARAJ

Ela teve uma melhora. Isso eu já tive a oportunidade de falar em uma ocasião onde estávamos conversando, mas é bom ponderar, também, que é uma melhora relativa, não é uma melhora absoluta, e é uma melhora que poderia ser muito mais intensificada se, efetivamente, a Constituição fosse, eficientemente, observada.

Desculpe interromper, não quero parecer mal educado, mas gostaria de saudar os funcionários que exercem cargo em comissão na Secretaria de Estado da Saúde, que vieram hoje, em peso, aplaudir ao Secretário de Estado da Saúde, tamanha solidariedade. Eu também gostaria de ter essa solidariedade, mas lamentavelmente não tenho nenhum funcionário que exerça cargo em comissão. No entanto, se viesse aqui só para me aplaudir estava na rua no outro dia.

Continuando, meu caro Deputado Jocelito, meu ídolo, meu Deputado, quero dizer o seguinte: a luta que nós travamos é uma luta essencial, na medida em que ela venha na defesa de direitos fundamentais, não é na defesa de cargos comissionados que ela se realiza, ela se trava na defesa de interesses fundamentais. Uma coisa que não foi colocada aqui, com todas as letras, Excelências, é que quem está morrendo, efetivamente, é o pobre, aquele que não tem acesso (Jocelito conhece bem essa história) um serviço público de saúde decente. Aliás, colocou-se na cabeça dos administradores públicos deste país, que todo serviço público é coisa feita para pobre: a saúde, a segurança pública, a educação, o transporte.

Os incluídos, neste país, têm condições de pagar o seu plano de saúde ou pagar um médico particular. A maioria dos que estão hoje aqui, tem condições; inclusive aqueles que aplaudiram efusivamente o Dr. Cláudio Xavier. Não que ele não mereça aplausos, merece todos os aplausos e os dados mais efusivamente possíveis, e eu

gostaria de me somar aos funcionários comissionados da Secretaria de Estado da Saúde nos aplausos até para aplaudí-los também, porque provavelmente as coisas na Secretaria de Estado da Saúde estão tão boas que elas dispensam as suas presenças lá e isso é maravilhoso. Um dia nós chegaremos em um Estado ideal em que todo o funcionário comissionado não precise mais bater o cartão ponto na sua repartição, pode levá-lo à praia. Um dia chegaremos nessa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, peço Pela Ordem para pedir que os funcionários aplaudam o nosso Promotor pelos elogios que ele fez ao nosso Deputado Jocelito que apóia o Governo e que defende Ponta Grossa, acima de tudo.

O SR. FUAD FARAJ

Esse eu aplaudo com gosto, viu?

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Ainda mais depois da declaração de que ele é o seu ídolo. Isso é bonito!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, o que estou notando é que está virando um jogo do Atlético e Coritiba!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo inscrito, Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Realmente, Deputado Rossoni.

Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer o Dr. Cláudio Xavier e à sua equipe que aqui vieram para dar um esclarecimento importante para nós Deputados, porque conheço a minha região de Foz do Iguaçu e grande parte do Paraná, mas nenhum dos Deputados e muito menos o Promotor de Justiça de Ponta Grossa conhecem o Paraná como conhece o Dr. Cláudio Xavier.

Então, quero parabenizá-lo pelo seu grande trabalho. Como já foi dito, se não é o ideal, não é como alguns dizem. Conheço o atendimento e muito mais do que isso, o esforço que o Estado está fazendo. Acho que esse questionamento é importante.

Quero dizer do respeito que tenho pelo ilustre Promotor Fuad Faraj, respeito muito, mas tenho que manifestar a minha indignação e agora neste momento o Promotor está agindo com inteligência, respeitando a Assembléia. Ma, a minha indignação na hora em que V. Exa. iniciou a sua fala neste plenário, se eu fosse Presidente da Casa, mandava-lhe se retirar imediatamente. V. Exa. veio com um palavreado, no meu entendimento leviano, contra o Secretário. Isso não é digno de um Procurador, de um Promotor Público que passou pelas melhores faculdades, agir desta forma.

Portanto, o meu posicionamento é o seguinte Deputado Rossoni: o Procurador achava que vinha trazer

denúncias fortes na área da saúde, no entanto V. Exa. fez críticas, o que é muito diferente.

Digo medo de errar: V. Exa. está fazendo mais por ser Oposição; um crítico do Governo e não como defensor da saúde da cidade de Ponta Grossa.

Acho que é importante quando se faz cobrança, principalmente quando se trata de interesse público. Isso é muito importante, mas perde a validade quando chegam as críticas da forma como o senhor iniciou aqui nesta tribuna.

Não quero pedir desculpas da minha indignação, mas tenho que ser consciente.

Quero agradecer, Sr. Presidente, mais uma vez o Dr. Cláudio Xavier. Nós sabemos do esforço que este Governo está fazendo, não apenas na saúde, mas em todos os setores da sociedade. E sei do esforço que V. Exa. e sua equipe vêm travando para melhorar a saúde do povo do Paraná.

Finalizo dizendo o seguinte: vi quando V. Exa. falou da quantidade de requerimentos que o Promotor faz lá na minha cidade, Deputado. Tem um Promotor que está lá, ainda, infelizmente. É tamanho o atrevimento dele, Deputado Nelson Justus, que no início da nossa administração, começou a pedir informação à Prefeitura. Então, disse: vão mandando, ele é o Promotor e tem o direito. Em 90 dias a Prefeitura tinha tirado 85 mil cópias a pedido dele. Isso é irresponsável, é improbidade administrativa, gastando papel só para aparecer na imprensa. E tanto é que lá em Foz se diz: ele abre a geladeira, acende a luz, penteia o cabelo; acha que é a televisão.

Essas coisas nós temos que analisar.

O bom defensor do Poder Público, da população, age com correção, com responsabilidade. Agora, aquele que quer aparecer na imprensa, desculpe-me, não tem nenhuma validade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

### ***Deputado Ângelo Vanhoni (PT)***

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Sr. Secretário Cláudio Xavier, ilustríssimo Promotor, Dr. Fuad Faraj, os técnicos da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, o Sr. Diretor aqui presentes, sejam bem-vindos, o nosso agradecimento pela presença dos senhores.

Quero primeiro, registrar a minha impressão pessoal a respeito deste debate. A motivação inicial Secretário, foi trazida a esta Casa pelas palavras do Deputado Plauto Miró, que questiona os problemas relativos UTI na cidade de Ponta Grossa e Campos Gerais. Com a presença do Promotor Público, que já interpelou o Estado e com a presença de V. Exa., o debate se dá no plenário da Assembléia Legislativa, porque senão esse debate seria travado na Comissão de Saúde da Casa. Acho que a ques-

tão principal que deveríamos discutir, é a respeito da Emenda 29. Esse é o grande debate, é o debate que enriquece o setor da saúde, que enriquece o Plenário da Assembléia Legislativa e enriquece a população, porque é esse o debate que os médicos sanitaristas e a comunidade do Brasil inteiro fazem, de Norte a Sul do país.

Tenho uma posição porque esse debate já vem ocorrendo há alguns anos, não só nos fórum institucionais, mas em todas as reuniões do Conselho Nacional, do Conselho Estadual e do Conselho Municipal de Saúde, em todo o território nacional. O Promotor, quando faz algumas críticas pontuais ao Sistema de Saúde no Estado do Paraná, critica a questão de ambulância, a questão de UTI's. É uma crítica que tem o nosso apoio, tem o nosso reconhecimento e, tenho a certeza, tem o apoio e o reconhecimento por parte do Governo do Estado. Mas, quero discordar no que diz respeito à Emenda 29, aí é a minha posição, diferenciada em relação ao meu Partido. O PT tem um debate a esse respeito, e dentro do Movimento Nacional de Luta pela Saúde também é um debate. Acho que se nós fizermos água encanada e coleta de esgoto em todas as cidades do Brasil, iríamos, com certeza, diminuir o índice de mortalidade infantil, materna e de mortalidade adulta em todo o território nacional.

Há quarenta anos, Srs. Deputados, aqui, na Serra do Mar, as pessoas morriam de diarreia porque a água não estava tratada, não era encanada, porque a água não tinha qualidade. E uma simples diarreia era capaz de levar as pessoas ao óbito. Tenho esse entendimento. E vejam o que há de mais absurdo para aqueles que defendem a Emenda 29 como a não-aplicação das verbas para saneamento básico. Quando discutimos isso no Orçamento de 2003, consultei o Ministério da Saúde e todos os membros do Conselho Nacional na área da saúde, Deputado Nelson Justus, a grande diferença é a seguinte: se o Governo do Estado do Paraná pegar o dinheiro do Tesouro, isto é, dos impostos, do ICMS, e aplicar esse dinheiro em saneamento básico, o Ministério da Saúde e todo o Movimento Nacional que luta pela Emenda 29 diz que esse dinheiro é da saúde. A única restrição que existe é financeira, não é de saneamento, é saúde ou não, é financeira pelo seguinte: não se pode computar dinheiro que está sendo de fonte oriunda de empréstimo internacionais ou de empréstimo nacionais.

O Paraná, no caso, como empresta dinheiro da Caixa Econômica para fazer saneamento básico, não pode computar como dinheiro da saúde, por isso transgride a legislação. Ora, a pergunta que temos que fazer entre nós é a seguinte: Esse recurso, essa ação do Estado traz saúde concreta para preservar a vida das pessoas ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O seu tempo já se esgotou, Deputado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Vou usar minha tréplica e minha réplica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, não preciso fazer pergunta, posso colocar a minha posição política e meu entendimento sobre os sistemas.

Esse é o debate que precisa ser feito, acho que a contribuição que o Promotor fez, esta Casa já fez o reparo que precisava ser feito à posição inicial do Ministério Público mas é preciso dizer que em relação a ele, fico profundamente feliz e orgulhoso. Quero separar as questões políticas de saber que um Promotor Público, seja em Ponta Grossa, em Porto Alegre, em qualquer cidade do Brasil, questione, argumente, entre na Justiça, utilize o seu espaço constitucional para cobrar as ações do Governo, em nome da sociedade, seja na área da saúde, do meio ambiente ou da educação. Está de parabéns o Ministério Público em relação a este aspecto. Não preciso realçar as críticas que já foram feitas ao Promotor em relação ao início da sua explanação. Muitas vezes, em função da polêmica que é criada em relação ao Estado quando cobra as posições relativas aos direitos dos cidadãos. Porque, é claro, quando um Promotor vai defender o cidadão, a sociedade, via de regra há um confronto com as posições defendidas pelo Estado, pelo Governo, pelo *status quo* da hora. Isto é hoje, isto foi ontem, isto será amanhã!

Precisamos restringir este debate para o debate democrático, bem educado, separando as questões, não politizando e nem partidarizando uma questão tão importante como essa que é a questão da saúde. Porque na hora que partidizamos, dizendo que um partido defende mais ou menos ou entende o que é melhor ou o que é pior, estamos não incorrendo a uma verdadeira discussão sobre a política da saúde, que tem uma posição fundamental na vida humana, que é preservar a vida que é o bem mais sagrado que recebemos!

Gostaria, nessa minha fala de, em primeiro lugar, manifestar o reconhecimento pelo trabalho da Secretaria de Estado na área da saúde. O Dr. Cláudio Xavier e a sua equipe, é preciso que se faça a comparação, não para desmerecer o Governo anterior mas para que se tenha algum horizonte do ponto de vista do que está sendo ou não, feito em relação à área da saúde e as suas dificuldades ou necessidades! É preciso reconhecer que o Governo atual tem feito e muito pela saúde, do ponto de vista sistêmico no Estado do Paraná. Está de parabéns o Governo porque prioriza, porque o governante pode não priorizar, tem 394 milhões canalizados este ano para saúde, poderia ter sido 250. Essa é uma decisão de Governo, por isso está de parabéns o Governador Roberto Requião, está de parabéns o seu Secretário e a sua equipe.

Por fim, quero parabenizar o Ministério Público pela atitude, não concordo com o mérito das suas críticas, acho correto que o Ministério Público cobre a questão das UTI's, na cidade de Ponta Grossa ou em qualquer cidade, acho correto, acho justo! Estimulo o Promotor que continue assim na sua vida, como membro do Ministério Público, no Estado do Paraná. Só gostaria de fazer uma ressalva: não podemos correr o risco de, nessas críti-

cas, uma questão tão fundamental, partidizar ou politizar de forma danosa esse debate que temos que fazer em todas as instituições.

No meu entendimento o Governo Federal cumpre aquilo que a legislação emana a respeito da área da saúde, no entendimento do Promotor Público, no entendimento de vários Deputados e até no entendimento do Presidente do meu Partido, Deputado Tadeu Veneri, não cumpre. Esse é um debate, que precisa ser feito e quem vai decidir isso, no final das contas, é o Congresso Nacional na hora que regulamentar a Emenda 29.

Muito obrigado, Sr. Secretário e Sr. Promotor, pela vinda a esta Casa, porque ajudaram a enriquecer este debate sobre a saúde no Estado do Paraná.

## ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Quero agradecer a presença do Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Xavier e também à sua equipe que está dando uma demonstração de respeito a esta Casa quando traz os seus técnicos para auxiliar no debate. Esta é uma reunião de trabalho. Queria cumprimentar o nosso Promotor de Justiça de Ponta Grossa, Dr. Fuad Faraj porque o Ministério Público sempre é um parceiro fundamental nas lutas em defesa dos direitos humanos e da cidadania. Quero dizer Dr. Cláudio, que este debate não se esgota aqui em relação a outros temas que esta Casa poderá eventualmente, colocar para discussão e dizer que a Secretaria da Saúde nunca se furtou e deixou de atender a Assembléia Legislativa, sempre que chamada a qualquer assunto relativo à saúde no Estado do Paraná.

Como já foi colocado por muitos Deputados, quem fala por último, acabam as perguntas, já foram colocadas e respondidas, como foi o meu caso, mas queria deixar consignado nesta Casa que, como Deputada, interlocutora das demandas e dos direitos da população, jamais poderei deixar de colocar que debate é sempre democrático. É sempre importante, é saudável, é bem vindo, mas nós não podemos, num debate democrático, perder a dimensão da cordialidade, do respeito, da cortesia entre os debatedores.

No artigo 157, fica muito claro que os Deputados podem expressar a sua opinião mas estão correndo o risco de cometer a falta de decoro parlamentar quando caluniam ou colocam termos depreciativos em relação aos seus colegas como aconteceu aqui hoje, no início do debate, como já foi colocado por alguns colegas, por conta do Procurador de Justiça. Essa forma deselegante de se colocar, não contribuiu para o processo democrático e me parece uma tentativa de politizar a discussão.

Cobrar sim, negar não. O próprio Secretário da Saúde colocou na sua fala, com muita propriedade, que houve avanços e melhoras e aponta com clareza e transparência, os números, através de relatórios que nos apresenta, mas que é preciso fazer mais. Isto posto, mostra a

preocupação e o trabalho da Secretaria da Saúde, incansável para melhorar a situação, e porque encontramos para melhor a situação, e porque encontramos o Estado nessa situação, também já foi amplamente debatido. Então, é importante que se diga e gostaria de deixar registrado nesta Casa, que não concordo e não compactuo, porque tenho sido uma Deputada crítica, que cobra, que vai atrás e não posso concordar que a Secretaria da Saúde seja taxada de inoperante, incompetente ou capenga. Isso não corresponde absolutamente, à verdade. É uma posição desta Deputada que tem, muitas vezes, ido à Secretaria e cobrado posições, atitudes e a Secretaria tem atendido prontamente.

Portanto, queria dizer que, à medida em que o Promotor de Justiça coloca na sua fala, questionado pelo Deputado Jocelito, com todas as letras, que houve melhora, sim, em Ponta Grossa, eu acho que valeu a pena o debate. Coloco isso porque este era o motivo da convocação. Esta era a questão que motivou a convocação do Secretário para estar aqui hoje, com sua equipe, para este encontro e esclarecimentos.

Portanto, é muito importante que não caia no esquecimento essa fala do Promotor de Justiça.

Tenho uma posição política que gostaria de deixar consignado aqui na Casa.

Quero cumprimentar o Secretário da Saúde pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo, pela forma aguerrida, determinada, sofrida em muitos momentos, porque as coisas nem sempre saem como desejamos. Os recursos nem sempre são aqueles que gostaríamos que fossem. As demandas são muitas. Temos 399 municípios com problemas e, portanto, o Governo tem feito o que é possível fazer e sem dúvida nenhuma, Secretário, os números estão aqui, poderemos contestá-los, mas têm que ser contestados e provados com outros números, e não com discursos fáceis. Digo ao senhor que com esses números - e é preciso, sim, invocarmos a comparação com o passado, isso faz parte da história da humanidade - vamos ver com clareza e com toda a certeza que foi feito muito até agora; mais nesses três anos do que foi feito nos oito do Governo anterior. Não é questão de comparação, como alguns colegas colocam. Temos que ter uma referência, sim, para sabermos o que avançou e o que não avançou. É assim que trabalhamos e essa referência é importante que se tenha. Quando criticamos, temos que fazê-lo baseados no quê; a partir do quê; de onde, para que seja fundamentada.

É importante que não se perca de vista o que não foi feito no passado. Inviabilizou, impediu, como disse muito bem o Deputado Jocelito Canto, que tivéssemos hoje, uma situação melhor.

Cumprimento mais uma vez o Promotor de Justiça e digo que ele cumpre o seu papel estando aqui. Tenho uma pergunta, mas ele já colocou que não tem os dados em relação a 94 e 2000 com relação à situação da saúde.

Parabéns, Secretário, parabéns a toda comissão técnica, aos diretores que têm feito um trabalho extraor-

dinário. Fecho a minha intervenção com as palavras do Secretário: “precisamos fazer mais, mas estamos fazendo muito”. Acho que essa é a referência que não podemos perder de vista.

A Secretaria da Saúde não está negando as dificuldades, os enfrentamentos que terá que fazer ainda pela frente. Mas, está com toda transparência, clareza, objetividade, trazendo a discussão para a sociedade e dizendo o que tem sido feito, como tem sido feito e por que tem sido feito. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Bradock.

### ***Deputado Delegado Bradock (PMDB)***

O SR. DELEGADO BRADOCK

Sr. Presidente, Sr. Secretário Cláudio Xavier, ilustre representante do parquet (sic) do Estado do Paraná.

Quero externar as minhas considerações em virtude de que esta Casa de Leis, a Casa do povo como foi mencionada no início, estabeleceu um debate que a princípio seria em torno da situação de Ponta Grossa e que no afã do discurso diversificou às outras localidades. Mas, queria dizer ao Secretário e a toda sua equipe: eu, sim, não amassei o barro. Eu vivi no barro em Ponta Grossa, Sr. Promotor; nasci na Ronda, um bairro pobre, andava descalço, não tinha água encanada, não tinha banheiro dentro de casa, a minha avó morreu porque não tinha leito de UTI na cidade. Posso dizer que conheço Ponta Grossa. Vivi na miséria lá, não acendi holofote e andei na sombra; caminhei na sombra o tempo todo, sem luz. Se cheguei aonde cheguei foi porque procurei sempre o sol, não como alguns que nasceram no sol e procuraram sombra para descansar. Por isso, Cláudio, é com orgulho que venho aqui enaltecer o trabalho de V. Exa. e de toda a sua equipe.

Hoje é possível ir ao hospital e ser atendido. Naquela época, a minha avó morreu porque não tínhamos dinheiro para médico particular. Mais tarde morreu o meu irmão pelo mesmo problema; e mais tarde ainda, morreu meu outro irmão, e mais a minha irmã. A minha mãe morreu logo que eu nasci, porque também não tinha leito de UTI em Ponta Grossa.

Então, não pisei no barro, eu vivi no barro, na lama; e hoje, não.

Antes de ficarmos acendendo os holofotes e andando na sombra para aparecer, acho que devemos refletir no fundo do nosso coração o que tem sido feito em Ponta Grossa. Tem sido feito muito, Cláudio, e eu, como pontagrossense nato, do bairro da Ronda, peço a V. Exa. que desculpe as palavras de pessoas que não conhecem o barro, não conhecem a lama, e agradeço de coração. Estou vendo a Lenir, que se formou junto comigo em Farmácia-Bioquímica. Ela sabia das minhas dificuldades!

Então, é muito fácil, muito simples criticarmos algo que não sabemos, que temos apenas um momento na

vida para dizer se é verdade ou é mentira. A verdade é que hoje as coisas estão bem melhores; a mentira, não é tudo isso que se fala, tudo isso que se prega. A verdade é que estamos melhorando; que teremos em breve o Hospital Regional que vai salvar muitas e muitas vidas. A verdade, Cláudio, é que nós, do Governo, estamos fazendo tudo o que é possível, e quase que o impossível para melhorar a saúde. É verdade também que o saneamento básico é, sim, um combate para melhorar a saúde. O simples ato de lavarmos as mãos, eliminamos 80% das doenças parasitárias. Então, não adianta ficarmos jogando ping-pong para cá, ou para lá; não vamos chegar a nada. Fatos são fatos, não podem ser contestados.

Obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Marcos Isfer.

### ***Deputado Marcos Isfer (PPS)***

O SR. MARCOS ISFER

Obrigado, Deputado Pedro Ivo.

Acho que antes de tudo estão de parabéns o Legislativo, o Ministério Público e o Executivo. Mais do que nunca urge se discutir esse assunto com profundidade. É uma pena que em alguns momentos tente se partidizar, ou jogar a culpa para a, b ou c, ou se rasgar seda para a, b ou c. Tenho um entendimento muito claro, como relator do Orçamento nesta Casa: todos os anos temos uma discussão profunda sobre o que a Emenda Constitucional 29 diz, e como ela deve ser orientada. Todos esses anos temos acatado; eu, o Deputado Ademir Bier, os membros da Comissão, a opinião da maioria dos Deputados, mas é importante que se diga que se não discutirmos hoje, como fica a nossa saúde no futuro? Não adianta lamentarmos as águas derramadas. É verdade que os números, os índices sociais do Paraná são os piores da Região Sul. Isso nenhum de nós pode contestar.

Temos, sim, que nos unir e começarmos a resolver o problema. É muito importante a presença do Secretário, a presença do Ministério Público, na figura do Dr. Fuad Faraj e a presença de um grande número de Deputados que se inscreveram para falar sobre o assunto.

Precisamos cada vez mais, sim, que cada centavo que vá para a área da saúde seja melhor aplicado. Se todos tivessem cumprido com seu papel, talvez hoje não necessitássemos dessa discussão.

Há muito por se fazer! Saúdo o papel do Ministério Público. É louvável, porque a saúde de Curitiba melhorou a partir do momento em que os companheiros do PT, peritos em fazer isso, apoiavam o Ministério Público para cobrar na área da saúde. Lembro-me também que companheiros de todos os partidos acionavam, sim, o Ministério Público, cobrando providências.

Acho perfeitamente normal que essa discussão esteja ocorrendo. Pena que não ocorra mais vezes e em

mais áreas, porque estaríamos melhorando os índices do Paraná.

Sei do trabalho que é realizado. Sei do esforço que o Secretário da Saúde faz, mas queremos muito mais.

Precisamos nos preocupar com o número de mortes, com a prevenção das doenças.

Por isso, parabenizo esta Casa, os dois convidados e os Deputados, pela participação.

É muito importante que continuemos cobrando. Preocupa-me quando vemos auditoria do Ministério da Saúde dizendo que o Estado do Paraná não aplica os recursos. Preocupa-me quando todos os Deputados fazem emendas tentando privilegiar a área da saúde e, infelizmente, esses recursos não chegam na Secretaria, não chegam na ponte.

É salutar prosseguirmos com esta discussão, porque não está resolvido e não vejo assunto mais importante do que discutir a vida nesta Casa.

Parabéns a todos! Temos que perder esta marca que o Estado do Paraná carrega de que os nossos índices sociais são os piores dos três estados do Sul.

Vamos resgatar isso! E é papel do Ministério Público, do Legislativo e do Executivo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Dr. Fuad Faraj e Secretário Cláudio Xavier, queremos enaltecer a presença de V. Sas. neste plenário.

Quero dizer que, quando outros secretários se furtam a vir atender aos convites desta Assembléia Legislativa, o Secretário Cláudio Xavier vem, numa demonstração clara e inequívoca do respeito que tem por esta Casa de Leis.

Eu, que sou um Deputado de Oposição, já fiz elogios e V. Sa., principalmente numa questão pontual e importantíssima à saúde pública, na cidade de Londrina.

Só lamento que, por parte de alguns Deputados, tenha sido desviado o foco de tudo aquilo que foi colocado e de qual era o objetivo da vinda de tão ilustres convidados à Assembléia Legislativa, na tarde de hoje. Vou, se me permitir, destoar um pouco do que foi colocado por alguns Deputados, que levaram para questiúnculas pessoais ou paroquiais, quando se trata de objeto de investigação por parte do Ministério Público. É assim mesmo que esse Governo costuma agir. Um Governo que se diz forjado pela democracia, não aceita crítica.

Aliás, temos aí alguns aprendizes desse jeito de ser, como disse o Deputado Jocelito Canto do Governador. Jeito de ser que torce dedo de jornalista em Centenário do Sul, que agride Deputados verbalmente nas suas bases, agricultores, e tantas outras categorias respeitadíssimas do nosso Estado.

Nós, mesmo que sejamos objeto de investigação do Ministério Público, temos que respeitar, como guardiões dos direitos constitucionais e, acima de tudo, um dos organismos que vieram em defesa da democracia. E no momento tão difícil que a classe política está vivendo, deveríamos, sim, fazer uma mea culpa e não sair atirando contra esse ou aquele, em função de colocações que foram feitas na tarde de hoje.

Mas, gostaria de dizer que esse estilo déspota, anti-democrático, não tem mais espaço no atual momento em que estamos vivendo.

Não se trata de comemorar se o Promotor disse que melhorou ou se piorou. Temos que estar acima de tudo isso, em relação à saúde pública no Estado do Paraná. Como disse aqui o Deputado Isfer, os nossos índices, com relação aos nossos dois estados do sul, são os piores, infelizmente. E não é só na saúde, é na educação, que tem níveis comparados de evasão escolar e de repetência.

Então, não podemos apenas tratar de uma questão de aparecer deixar de aparecer, ou de tratar investigações em prefeituras, se fez, ou deixou de fazer. Estamos aqui para tratar da questão da saúde.

Pergunto especificamente a V. Sa. se tem dados a respeito da segunda cidade do Estado do Paraná, que é Londrina, onde, segundo levantamentos internos do Hospital Universitário, vinte e cinco pessoas morreram por falta de leitos de UTI's, num hospital que é o maior do interior do Paraná, que alguns dizem que atende cento e setenta municípios, mas nós sabemos concretamente, que pelo menos setenta municípios são atendidos.

Gostaria que V. Sa. pudesse discorrer, já que foram questionados municípios como Londrina, Cascavel, Maringá e outros, se V. Sa. traz algum tipo de informação que possa contribuir com a discussão e o debate na tarde de hoje?

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Exa. questionou o Secretário ou só o representante do Ministério Público?

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

O representante do Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Sa. tem cinco minutos para discorrer.

**O Sr. Fuad Faraj**

Deputado Barbosa Neto, é um prazer responder essa indagação. Tenho um documento que me foi enviado no dia 28 de outubro de 2005, pela Sra. Maria da Fátima Santana, Coordenadora da Central Estadual de Regulação. O documento que ela me mandou foi o registro do quantitativo gerado pelas click's, as Centrais de Leitos do Estado do Paraná, decorrentes das solicitações para leitos gerais e de UTI, no período de 1º de outubro de 2004 a 19 de outubro de 2005.

O pedido que eu fiz não se restringiu apenas a leitos de UTI's, mas também a pessoas que necessitam de qualquer tipo de leito dentro de um hospital e que precisassem ser transferidas. Há um problema muito grande, como todos sabem, nas cidades interioranas, nas cidades pequenas, às vezes há a necessidade de transferi-los para hospitais com alta resolatividade.

Esse documento demonstra que a Secretaria da Estado da Saúde dividiu o Estado em quatro grandes regiões: Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Cascavel.

Nesse período, a região de Londrina apresentou o pior índice de todos os apresentados nas questões das mortes de pessoas que aguardavam transferência para leitos de UTI e acabaram morrendo durante esse aguardo. Foram duzentas e noventa e uma pessoas que, repito, estavam aguardando serem transferidas e acabaram falecendo. Maringá apresenta o número de duzentas e oitenta e duas mortes! É o segundo pior número; Cascavel duzentos e vinte e oito e Ponta Grossa duzentos e dezanove. Totalizando: mil e vinte e oito mortes.

Constatamos que o Secretário de Estado da Saúde não tinha conhecimento dessa situação. Era uma questão simplesmente limitada a Centrais de Leitos e à Central de Regulação. Lamentavelmente, não havia, por parte da cúpula da Secretaria, real conhecimento desse tipo de situação; acredito que se tivesse, alguma medida seria tomada. Veja bem: em relação à Secretaria, nós sempre fomos parceiros.

Basta levar em conta que a UTI neonatal da Santa Casa de Misericórdia, com seis leitos, foi aberta com base em uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, por mim, e está aberta por conta de uma liminar que foi deferida por um Juiz. Nós impedimos o fechamento de duas maternidades; Maternidade Santa e a Maternidade da Santa Casa de Misericórdia, que iriam fechar. Estão abertas por força de liminar decorrentes das ações civis públicas propostas pelo Ministério.

Fizemos um trabalho de parceria com a Secretaria da Saúde, nesse sentido. Então, não temos problemas, pelo menos nunca tivemos problemas de natureza pessoal. Causou-nos espécie o Secretário de Estado da Saúde ter, naquela segunda-feira, posterior à matéria da Gazeta, convocado uma coletiva...

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Seu tempo já se esgotou.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Gostaria de ceder pelo menos um minuto da minha réplica para que ele possa...

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Exa. tem direito à réplica e ele à tréplica ainda.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)**

O Secretário foi citado e tem direito a resposta.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Dobrandino, alguns não direcionaram perguntas a ninguém e não foi aberto para nenhum lado o questionamento. Como o direcionamento foi...

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Mas, antidemocraticamente, por parte do Deputado Barbosa, que levanta a questão e só passa para o Promotor para chutar a bola, é inconcebível que o Secretário não possa respondê-las. Barbosa, desculpe-me a sua intenção é política e não saúde.

O Secretário tem que ter o direito de responder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem o tempo da réplica.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Lamento que o Líder do Governo não compreenda que não estamos numa disputa política partidária, mas tratando de vidas humanas.

Friso aqui a gravidade do que disse agora há pouco o Sr. Promotor Fuad Faraj. Londrina tem o pior índice do Estado no aguardo de leitos de UTI, 281 mortes; 282 mortes em Maringá; 228 mortes em Cascavel; 219 mortes em Ponta Grossa. À medida em que se distancia a capital do interior, aumenta o abandono. Isso precisa ser debatido.

Falamos até de distribuição política; se V. Exa. quisesse questionar as ambulâncias que estão pululando pelo Estado se envolvendo, inclusive, em acidentes, enquanto que a prioridade deveria ser investir na saúde. Existem médicos desparafusando as macas de dentro dessas ambulâncias para deixá-los nos corredores dos hospitais!

Concedo, mais uma vez, a réplica ao Sr. Fuad Faraj.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem direito à réplica.

O SR. FUAD FARAJ

Já havia falado com o Dr. Evandro Carula levando essa situação. Afinal de contas não era só problema de ausência de UTI na cidade, mas era questão da transferência e ele apontava as dificuldades que haviam na Central de Ambulação, junto aos hospitais. Esse documento, como eu disse, só foi solicitado pelo Ministério Público para tirar à prova essa questão. Afinal de contas, o problema são os hospitais que não aceitam os seus pacientes que a Central de Ambulação determina a transferência, ou é a questão de ausência, de falta de número suficiente de UTI.

Eis a conclusão que chegamos, são duas: a primeira, efetivamente faltam leitos de UTI no Estado, isso é uma coisa que médicos intensivistas falam. E a segunda, que não há um controle exato, correto das coisas que passam. A cúpula da Secretaria de Estado da Saúde

não sabe exatamente o que acontece com cada paciente. Não há duas chamadas com o mesmo nome. Isso não existe. Tanto não existe que estamos tirando a contra prova, e era isso que iríamos levar à Secretaria antes do bombardeio que levamos.

Vamos fazer o seguinte: pegar hospital por hospital, pedir a data e horário da solicitação e data e horário da morte, para ver se bate com os números que me foram repassados. Para saber se, efetivamente, tratam-se das mesmas pessoas. Se efetivamente as pessoas morreram aguardando vaga e se efetivamente morreram por falta de leito. Aí a situação iria determinar que houvesse uma programação melhor tanto na questão dos investimentos de UTI quanto na questão do transporte, na questão da regulação. Curitiba não nega leito para ninguém. Tanto é que há uma norma da Secretaria Municipal de Saúde determinando que estando ocupados todos os leitos do SUS, o médico regulador tem a obrigação de já chamar os leitos da estrutura privada. Ou seja, nenhum se trata o tal do leito zero. Nenhuma pessoa pode ficar desatendida. E esta é a regra que queríamos por parte da Secretaria da Saúde, tão somente.

Aquela ação civil pública que citei voltada...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo já se esgotou.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Para encerrar Sr. Presidente, cumprimento o Promotor que realmente veio aqui nos esclarecer. É uma pena que a fala dele tenha sido confundida com uma questão política. E frisamos que quem faz política é quem deixa o seu ambiente de trabalho e lota as galerias para tentar intimidar ou aplaudir o Secretário que vem a esta Casa. Parabéns, Promotor! Que Promotor Público do Estado do Paraná deixa o seu celular à disposição da população, vinte e quatro horas por dia, como faz V. Exa?

E quero repetir aqui as palavras ditas por V. Exa.: “o maior antro de corrupção do Estado do Paraná está na Secretaria da Comunicação.” Política são as penas de aluguel que são compradas com a verba publicitária destinada por esse Governo, que vai gastar mais em publicidade do que investir em saúde, neste ano.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Durval Amaral.

### ***Deputado Durval Amaral (PFL)***

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, inicialmente quero fazer uma pergunta e, na sequência, algumas considerações, mas não posso efetivamente, deixar de saudar o ilustre Secretário, Dr. Cláudio, muito bem acompanhado pela sua equipe e pelo seu particular amigo, Dr. Carlos, e também particular amigo, ex-Prefeito de Cambé, Dr. Gilberto Martins, a quem nutro uma amizade e um apreço especial; saudar o



Dr. Fuad, enfim, todos os técnicos da Secretaria da Saúde aqui presentes.

Inicialmente, pergunto... quero que meu tempo seja computado, porque vou usá-lo, são dados oficiais da Secretaria da Saúde que morrem, efetivamente, em Cascavel, duzentas e vinte e oito pessoas na lista de espera por uma Unidade de Terapia Intensiva; em Maringá, duzentas e oitenta e duas pessoas; em Ponta Grossa, duzentas e dezenove pessoas; em Londrina, região que atuo, duzentas e noventa e uma pessoas. Nós estamos falando que morreram por falta de inaladores, por falta de condições técnicas, por falta de profissionais habilitados e que o número seria inofensivamente maior. Estamos falando da obrigação do Estado de oferecer condições para que aquele enfermo possa ter o atendimento necessário. Secretário, há uma reivindicação antiga, em todo o Paraná, mas principalmente em Londrina, mas, na cidade de Cambé há uma reivindicação antiga da instalação de uma Unidade de Terapia Intensiva para amenizar, com certeza, esses números. Então, pergunto ao Secretário, com todo o respeito que merece: o que de concreto existe de instalação de Unidade de Terapia Intensiva para a cidade de Cambé?

E quando isso vai acontecer?

#### O SR. CLÁUDIO XAVIER

Sr. Deputado, nós vamos retomar a mesma situação de Ponta Grossa, o mesmo que há pouco, quando o Deputado Barbosa Neto questionou o Sr. Promotor. A Secretaria não aceita, e é isso que estamos auditando, inclusive isso foi colocado de público e vai ser apresentado aos senhores, nós não aceitamos esse número de mortes por falta de leitos de UTI, nós consideramos que esses números liberados pela Central de Leitos, Sr. Deputado, são pacientes, são paranaenses, que não conseguiram chegar ao leito de UTI por vários motivos, dentre os quais até a possibilidade, naquele momento, naquela hora, de não ter leito disponível, mas também porque foi acessada mais uma central e também porque não havia tempo do paciente chegar ao leito de UTI.

Em relação a Cambé, assim como em outros municípios do mesmo porte, uma cidade grande, uma cidade que tem condições de ter, sim, leitos de terapia, o Estado se dispõe a fornecer ou disponibilizar equipamentos e fazer o custeio desses leitos. Para que o senhor tenha uma idéia, um leito de UTI custa sessenta, setenta mil reais e com um custeio em torno de seis mil por mês. Então, o Estado pode, desde que haja uma equipe técnica e disposição do hospital de ter a área física, o Estado pode colocar. O tempo... o mais breve possível. Acho que os dados de Londrina ou podemos entrar em outros municípios também, nós não temos dúvida que é preciso avançar mais. O que tentamos colocar é que não aceitamos esta pecha que eu entendo, política, de tentar uma palavra só: crise! Não existe crise no sistema de saúde do Paraná! Muito pelo contrário, está muito melhor colocado do que

outros estados. O que existe, sim, é que historicamente precisamos de muito mais leitos.

Podemos, assim que haja uma data adequada, passar ao senhor em Cambé eu não tenho essa data hoje, é impossível se não tivermos a contrapartida dos recursos humanos e da área física.

#### O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Insistindo: os equipamentos o Estado disponibiliza, depende então de uma ação da Prefeitura alocando espaço?

#### O SR. CLÁUDIO XAVIER

Sim, senhor. Hoje o Estado do Paraná é o único Estado que disponibiliza e é por isso que estou muito tranquilo - estou aqui, não para tentar trazer uma situação resolvida aos senhores mas, é muito bom fazer parte do Governo Roberto Requião porque você vê a total prioridade pela área da saúde. Repito: somos o único Estado do Brasil que disponibiliza os equipamentos e credencia até que Brasília credencie.

Na resposta ao Sr. Deputado Durval Amaral: precisaríamos ter uma reunião com a Prefeitura e com a direção do hospital para que o Estado possa colocar a sua participação, como em outros municípios, que é a disponibilização de equipamentos e o custeio, por contrato administrativo, até que Brasília credencie.

#### O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Perfeitamente, agora as constatações: quero cumprimentar o nobre Promotor, Dr. Fuad, pela sua coragem. Certamente iniciou as suas palavras causando espanto ao Parlamento do Paraná mas, temos que fazer uma retrospectiva quanto o senhor foi instigado pelo Governo do Paraná, a ter esta postura. Quantos ataques, quantas matérias veiculadas maldosamente, através da Secretaria da Comunicação Social, pagas com recursos do Estado, para tentar diminuir a sua atuação. Se hoje V. Sa. diz que melhorou o sistema de saúde ou a saúde em Ponta Grossa, deve-se muito mais à sua atuação como membro do Ministério Público, cumprindo o seu papel constitucional, de fiscalizar, de cobrar, de fazer com que o ordenamento jurídico e que os interesses individuais do cidadão pudessem ser preservados, porque senão, se V. Sa. tivesse se curvado diante da intimidação que esse Governo tenta fazer, não só ao Ministério Público, à imprensa, ao Parlamento, sem dúvida alguma os problemas lá, estariam muito piores.

Com todo o respeito que lhe mereço, nobre Secretário, talvez seja invenção da imprensa, ou retaliação do mais importante órgão de imprensa escrita do Paraná, a Gazeta do Povo, e todos os números que estamos vendo não existiam, e que o Paraná realmente seja um Estado sem problemas na área de saúde.

Não estou criticando a sua atuação nem de seus assessores; é uma constatação pela situação difícil que passa a saúde brasileira, e que passa também a saúde no

Estado do Paraná. Aqui se agrava pelo excesso de promessas feitas por esse Governo! Quando o Governo coloca que investiu um bilhão em saúde, não diz quanto desse um bilhão são recursos transferidos pelo Governo Lula ou pelo PT. Até nisso é leviano porque deveria discriminar!

Vamos às manchetes:

*Governo reconhece gravidade de problema na falta de UTI's. Falha em sistema hospitalar afeta recém-nascidos. Drama da saúde afeta índice de mortalidade infantil. Total de vagas não supre a demanda. Falha em sistema hospitalar afeta recém-nascidos. Em uma ano, 1028 pessoas morreram à espera de UTI. Mesmo com aparelhos e espaço, unidade especial não é implantada. Por falta de dinheiro, São José dos Pinhais ficam sem UTI. Acidente na estrada mata não sei quantos que vêm de ambulância.*

Talvez, Secretário, não estejamos falando do mesmo Estado ou não mereça credibilidade nenhuma, o jornal Gazeta do Povo. Acho que o problema é sério, o problema é grave e existe um esforço de V. Sa, mas falta priorizar. Li nos jornais, alguém batendo no peito e se gabando de que economizaram 300 mil reais porque não se terceiriza mais a Central de Leitos. Como se isso fosse uma grande vantagem. os funcionários da Secretaria da Saúde não podem mais estar fazendo estatísticas, porque, para suprir a falta da empresa, tiveram que fazer o serviço e muitos outros estão na central de leitos. Parece-me que estou na Idade da Pedra, Secretário, quando vejo se contar com vantagem, que os funcionários trabalham 24 horas por dia, ligando desesperadamente para hospitais, buscando internamentos hospitalares.

Eu sinceramente acho importante a participação do Poder Público, da Saúde Pública, sem dúvida alguma, mas aquilo que você pode terceirizar, deve terceirizar para aumentar a velocidade no atendimento. Não é vantagem alguma se economizar 300 mil reais, se morre uma criança por falta de um leito numa Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. Não vejo vantagem nenhuma.

Só fica essa constatação, porque sei que todos nós estamos imbuídos do mesmo espírito e posso dizer a V. Exa. que não estava convidado para vir aqui. O convite era aos técnicos da Secretaria da Saúde e, até entendendo a sua posição, V. Exa. demonstra todo o respeito que tem ao Parlamento e a preocupação é tanta do Parlamento, porque poucas vezes - e são quase sete horas da noite - um Secretário de Estado, um ilustre representante do Ministério Público, conseguem polarizar por tanto tempo, as atenções da Assembléia Legislativa.

Então, vamos todos fazer um esforço. O problema é grave. As expectativas e as promessas foram muitas. Nós temos que fazer um esforço monumental para conseguirmos, não digo solucionar, porque é uma situação grave. Mas, não vamos partidizar, tentar incriminar ou tentar colocar no banco dos réus, o Ministério Público. Pelo contrário, se não fosse a ação do Ministério Público,

dignamente representado pela cidade de Ponta Grossa, na pessoa do Dr. Fuad, com toda a certeza, o problema seria muito mais grave.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. ainda tem tempo para a resposta.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Não é no sentido de rebater. É no sentido de tentar esclarecer ou tentar somar ao nobre Deputado Durval Amaral.

Primeiro, quando nós colocamos que o Estado está investindo um bilhão em saúde, aonde nós temos verbas, sim, que vêm do Tesouro do Estado e temos verbas federais, é porque se considera e se sabe por outros estados e até por gestões anteriores, que pode haver a incapacidade do Estado em investir recurso federal. Quando você consegue trazer e aplicar recurso federal, é sim, investimento por conta do Estado, que é repassado e vai da capacidade do Estado em poder aplicar em saúde. É o primeiro comentário.

O segundo, naquilo que o senhor comentou, em relação à Idade da Pedra, eu não sei. É uma visão pessoal. Eu acho que não, Deputado. Estamos no mesmo Estado, honrosamente. Eu sei que o senhor gosta do seu Estado e eu também. Acho que o que mudou é a transparência nos dados. Não estão morrendo mais paranaenses do que morriam, de forma alguma. Isso será respondido ao Ministério Público. O que acontece é que nós tínhamos uma empresa particular, contratada que mostrava o que queria. Hoje é a Celepar, que é de todos nós. O primeiro ponto.

Segundo, só para os senhores terem um comparativo, a Central de Regulação, que diz quem está esperando leito para morrer, ou quem está esperando leito de UTI, fechava às sete da noite. A Saúde Pública, começava ao meio-dia e fechava no final da tarde e, a Central de Leitos funcionava doze horas, e hoje ela funciona 24.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Acho que a título de transparência, não estou dizendo que defendo a iniciativa privada, mas é muito mais confiável um dado levantado e aditado por uma empresa externa, do que alguém que está diretamente vinculado ao serviço público, como a Celepar. Ficamos estarecidos, todos nós, porque os números são levantados pela própria Celepar, e isso causa indignação com relação aos critérios.

Efetivamente, é uma questão filosófica. Pessoalmente acredito que quando você tem terceiros não vinculados, que não possam ser manipulados ou manipuláveis, os números se tornam muito mais confiáveis. É uma opção do Governo, tudo bem, mas o Governo questiona o número do próprio Governo, levantado pela Celepar. Os dados que tenho aqui são os dados do site da Celepar.

## **Deputado Valdir Rossoni (PSDB)**

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero inicialmente, cumprimentar o Dr. Cláudio e dizer que nós como Líder da Oposição, tínhamos concordado em adiarmos a sua estada nesta Casa, e queremos ser solidários com o senhor e sua família. Mas estamos aqui como homens públicos, temos que cumprir o nosso papel.

Quero cumprimentá-lo pela coragem e pela força de estar aqui sendo questionado por nós. Quero cumprimentar o Dr. Faraj, o senhor teve contato com o nosso gabinete, fornecemos alguns dados, mas certamente o senhor está contribuindo para que a saúde de Ponta Grossa seja um pouco menos pior, entre aspas, para a população daquela cidade. Certamente precisaríamos que essa atitude fosse copiada pelos promotores do Paraná, para que procedimentos que são da obrigação do Poder Público tivessem o amparo da Justiça, porque certas pessoas não sabem se socorrer e passam por necessidades.

O Deputado Rafael Greca citou Santo Agostinho, que certamente serve para muitos Parlamentares: “benditos aqueles que discordam de mim, porque eles me completam, do que aqueles que só concordam comigo”.

Dr. Cláudio, permita-me discordar de V. Exa., porque certamente quero contribuir para a melhora da saúde do nosso Estado. Essa saúde que temos visto nos meios de comunicação, através das inserções de publicidade, não é o que vamos no dia-a-dia. Disse e me antecedeu aqui um Deputado, que antes de fazer a crítica temos que mostrar números.

Então, passo a dar números para que possamos ter uma base de como vai a saúde em nosso Estado.

O município de União da Vitória, o qual represento aqui junto com o Deputado Pedro Ivo, gasta hoje em saúde 26%; não consegue atender à saúde, como deveria ser atendida. Por quê? Por que não há um atendimento? Porque a Secretaria do Estado do Paraná gasta, em União da Vitória e região, sessenta mil reais para atender uma população aproximadamente de 150 mil habitantes.

Para que o senhor tenha esse número como lembrança, o senhor sabe quantos pacientes hoje a Prefeitura - só estou me referendo a uma Prefeitura, ao serviço médico da Prefeitura de União da Vitória - quantos pacientes vêm para Curitiba procurar socorro? Quinhentas pessoas! A população é aproximada de cinquenta mil, quinhentas pessoas vão à União da Vitória, vem a Curitiba procurar atendimento. Atendimento esse que, nas inserções do Governo diz o seguinte: “a saúde está regionalizada”. Se estivesse regionalizada não existiria certamente essa correria de ambulância e de ônibus todo dia para Curitiba. Se ficarmos nas estradas da Capital, vamos verificar o número de ônibus e de ambulâncias que vêm a Curitiba; o senhor vai observar que algo está errado na nossa saúde.

Essa descentralização de atendimento não existe na verdade. Isso é uma ficção. Não existe. Com sessenta mil reais não há como dar atendimento àquela população. Cito o exemplo específico de uma região para não entrar nas demais, que também sofrem do mesmo mal. Não é possível que uma cidade, uma microrregião receba sessenta mil reais. Não há como. Sei que o senhor tem limitações orçamentárias. Até compreendo. Mas quero dizer que o interior está abandonado. Por essa razão, é quando há uma votação um pouco delicada aqui, há uma distribuição de ambulâncias. E de ambulância em ambulância, a nossa saúde continua indo mal, porque não precisamos de ambulância.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) **(Pela Ordem)**

Pedindo escusas a quem faz parte. Não aceito que a cada votação tem essa questão da ambulância...

**(Tumulto no plenário)**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria, Sr. Presidente, que fossem descontados os cinquenta segundos que foram usados indelicadamente, indevidamente, pelo Deputado Stica e gostaria que ele lesse o ditado de Santo Agostinho: “benditos aqueles que discordam de mim”. V. Exa. fica um pouquinho nervoso porque o seu Governo, o PT, é o maior culpado. Porque enquanto o seu Governo usa o dinheiro na cueca, o Governo do Paraná passa por necessidades por falta de recursos. Está faltando dinheiro no Paraná, porque dinheiro em malas, em cuecas e em outros lugares estão sendo usados.

Meu caro Secretário, o senhor não se incomode com a indelicadeza...

**(Tumulto no plenário)**

...dos Deputados do PT, porque eles estão realmente envergonhados do Governo Lula. Mas isso é um problema deles.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) **(Pela Ordem)**

Não tanto quanto o senhor, do FHC.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Está assegurada a palavra dentro do Regimento. Foi respeitada a palavra de todos e V. Exa. tem a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Está terminando meu tempo e o Deputado Natálio Stica fica me interrompendo.

A verdade eu sei que dói. A verdade é doída. Para quem era o paladino da honestidade e agora ter que ouvir isso é doído e cala fundo. Calar fundo de verdade, esta é a grande razão.

Mas, Dr. Cláudio, o dia que o senhor tiver um tempo, quero convidá-lo, com uma comissão de Parla-

mentares, para ficarmos ali no Hospital Cajuru, a partir das 19 horas até à meia-noite, para vermos como é o atendimento de saúde no nosso Estado.

Fico triste quando vejo os elogios, eu faço elogios e os fiz pela coragem de V. Exa., mas infelizmente a saúde pública vai muito mal. Citei alguns dados e alguns números, mas, o difícil para um Parlamentar é quando, de madrugada, alguém liga para você e diz o seguinte: “estou em tal hospital, na portaria do hospital, está morrendo aqui a minha esposa, o meu filho, a minha filha, e eles não querem me atender, e estão me transferindo para outro hospital. Já fui ao outro hospital, também não me atenderam”. Por isso que precisamos, Dr, Faraj, da intervenção de V. Sas. Por essa razão é que coloco essa posição, porque certamente este sofrimento, na região de União da Vitória, é o sofrimento de todo o Estado do Paraná, é o sofrimento da população.

E para encerrar a minha fala, quero dizer o seguinte: agora está tudo no futuro: “vamos construir o hospital”. Não, Dr. Cláudio, vamos equipar o que já temos. Se já estão equipados, vamos pagar os procedimentos para que essa população possa ser atendida. Vamos estabelecer urgentes as nossas prioridades. A prioridade é equipar os hospitais, é pagar os procedimentos, para que aí, sim, a saúde possa ser regionalizada. A prioridade deve ser a vida, não o foguetório da entrega de ambulância.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. Não tenho nenhum questionamento a fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Cleiton Kielse.

### ***Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Pela Ordem**)

Quero crer que está acontecendo um equívoco por parte de V. Exa., porque estou inscrito antes do Deputado Kielse.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem razão, é o próximo.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Sr. Presidente, só uma questão de esclarecimento próprio, como é que funciona? Fico, de agora em diante, só ouvindo. Posso fazer algum comentário?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Como não houve pergunta, Secretário Cláudio Xavier...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Acho que cabe ao Secretário Cláudio Xavier fazer uso da palavra porque o Deputado Rossoni citou várias vezes o seu nome. É um direito democrático ele dar a sua opinião. Questão de respeito à democracia.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para não ser imparcial na condução dos trabalhos da Mesa, esta Mesa adotou o mesmo procedimento para todos. Esse é o horário dos Deputados se inscreverem para algum questionamento aos convidados, e foi dessa forma que conduzimos o trabalho até agora.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Rossoni e o Deputado Barbosa são deputados experientes, eles colocam a crítica e não deixam defesa. Não conheço União da Vitória, mas tenho certeza que não é apenas esse valor que é passado. Então, é justo que o Secretário coloque a sua posição, senão fica aqui uma Casa de crítica e não pode ter defesa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, de todos aqueles que aqui usaram da palavra até o momento, uma parte elogiou o Secretário, quase todos eles da Base do Governo, e a Oposição fez os seus questionamentos e colocou as suas ponderações. Quando os elogios foram lá, e críticas foram feitas ao Promotor Fuad Faraj, ele não teve o direito de falar. Agora, a Oposição traz alguns questionamentos, coloca a sua posição e tem que dar espaço para o Secretário responder. Acho que são dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Plauto, não cabe Pela Ordem no seu posicionamento. Esta Mesa está adotando esse procedimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não fiz nenhum questionamento; não sei por que a preocupação. Acho que se algum Deputado quisesse, amanhã o Líder sobe à tribuna e faz a defesa do Governo. O que trago aqui são constatações para conhecimento. Então, não há necessidade de toda essa irritação, senão não teremos o contraditório. Então, Sr. Presidente, não fiz nenhuma pergunta. Cumprimento o Secretário, cumprimento o Promotor, cumprimento os funcionários e digo aos preocupados com o que eu falei, que aguardo a resposta amanhã para debatermos da tribuna com os Srs. Parlamentares.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, sabemos que às dezenove horas encerra-se esta Sessão. Eles são muito habilidosos, nossos companheiros da Oposição; fizeram críticas que todos sabemos que são inverídicas. Só dando uma resposta, Sr. Presidente, porque serei o último a falar, até pelo tempo que acho que não vou ter, queria dizer ao Deputado Rossoni, que só na região dele são investidos mais de quinhentos mil reais por mês, fora o que temos além do Governo Federal. Esse diferencial que o senhor falou, de sessenta mil, é exclusivamente a mais do que é

repassado, do que tínhamos de repasse só naquele hospital em União da Vitória. Na região inteira, passa de quinhentos mil reais a mais do que o Governo do Estado fez nos últimos três anos. Seria uma relação de mais de vinte itens - só citando para o Dr. Faraj - aumento de mais de duzentas UTI's que foram feitas em três anos. Participei do Governo passado e cito que de 782 UTI's não tivemos nenhum aumento; e neste Governo já foram aumentadas quase duzentas UTI's.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, desculpe-me, mas V. Exa. tem conduzido tão bem os trabalhos desta Casa e agora deixa o Deputado do Governo fazer toda a defesa e depois não cabe a Questão de Ordem? Gostaria de dizer ao Cleiton Kielse, que é bom, e a sua qualidade é que ele consegue fazer a defesa de todos os governos. Ele era do anterior e continuou defendendo aquele Governo; hoje ele continua defendendo o atual.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só gostaria de solicitar, com o consentimento do Plenário, uma expressão utilizada pelo Deputado Plauto Miró, para não deixar uma caracterização que eu não acho correta. O Promotor Público está aqui a convite do Deputado Plauto Miró, mas não está representando a Oposição, ou o Governo do Estado do Paraná; ele está aqui como membro do Ministério Público, no que diz respeito a algumas críticas em relação a uma função constitucional do Estado que é a saúde.

Não acredito, não acho que deve ser colocada essa atribuição ao Promotor Público como um representante da Oposição na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Presidência quer agradecer a presença do Secretário Cláudio Xavier, que veio de forma gentil, não foi através de convocação, prestar esclarecimentos sobre o seu trabalho à frente da Secretaria; e também ao representante do Ministério Público que veio colocar suas ponderações. E conforme o artigo 78, não temos mais prazo para continuidade da presente Sessão.

***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei Complementar nº 419/2005.

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 562 e 563/2005.

**2ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 499/2003, 648, 669 e 671/2005.

**1ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 135, 274, 293, 303, 378 e 494/2005.

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Indicação nº 067/2005.

Levanta-se a Sessão.

